O jornal do Distrito Federal desde 15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador: Edmundo Bittencourt

Edição impressa em Brasília

EDIÇÃO DISTRITO FEDERAL

Brasília, Quinta-feira, 12 de Novembro de 2026 www.correiodamanha.com.br Ano CXXV Nº 25.142 DF: R$ 4,00 Outros estados R$ 5,00

Cronograma de projeto do trem Luziânia-DF ainda divide governo federal e ANTT

BRASILIANAS (WILLIAM FRANÇA) - PÁGINA 15

Senado resiste à proposta de ajuste fiscal do governo

Para acalmar o mercado, que o pressiona, o presidente Lula tem pressa em aprovar a sua proposta de ajuste fiscal, que pode produzir um impacto de cerca de R$ 60 bilhões. O governo queria votar o pacote já ontem, quando foi apresentado. Não conseguiu

PÁGINA 6 E CORREIO POLÍTICO PÁGINA 7

A VOZ ROUCA DE LULA NA COP 31



RICARDO STUCKERT / PR

COP 31 é primeira participação internacional de Lula após reeleito

Com forte rouquidão, Lula teve de pedir ajuda ao ministro do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, para ler seu pronunciamento. Presidente criticou conflitos globais e militarismo e defendeu o multilateralismo.

PÁGINA 5

Novacap tem um só servidor para fiscalizar 240 obras

PÁGINA 15

Polarização política no centro da briga na Polícia Federal

Delegados imaginavam conseguir interferir na sucessão de Andrei Rodrigues. Quatro nomes disputam o posto de diretor-geral da corporação caso haja mudança.

RUDOLFO LAGO PÁGINA 4

Delegados da PF rebatem críticas do diretor da PF

Integrantes da ADPF negam ser bolsonaristas e terem motivação política quando criticam decisão de Andrei Rodrigues de afastar os investigadores do caso Master.

CAPPELLI PÁGINA 2

PL adia decisão sobre apoio a reeleição de Hugo Motta

Deputados do partido se reuniram, mas não conseguiram chegar a um consenso sobre como se comportarão na eleição da Presidência da Câmara em fevereiro do ano que vem.

PÁGINA 7

DIVULGAÇÃO/TCDF



A Terracap deverá restabelecer concessão para o parque

Um parque temático no Zoo de Brasília

Tribunal de Contas do DF determina que a Terracap restabeleça concessão, por 30 anos, para um parque temático com montanhas-russas e outros brinquedos.

PÁGINA 13

MEC tem nova diretrizes para uso de IA nas escolas

O Ministério da Educação estabeleceu novas diretrizes para o uso da inteligência artificial nas escolas brasileiras.

PÁGINA 24

ESTADO DO RJ

GOVERNO ANUNCIA R$ 30 MILHÕES PARA O 'LIMPA RIO'

PÁGINA 4

ALEXANDRE GARCIA

NOVOS CABRAIS AVISTANDO A NOVA E RICA TERRA

PÁGINA 4



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Delegados da PF rebatem Andrei e negam ser bolsonaristas por criticarem mudanças no Caso Master

DIVULGAÇÃO



Diretor-geral da PF, Andrei se desfiliou da Associação dos Delegados de Polícia Federal

■ Delegados da Polícia Federal rebateram o diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, e negaram ser bolsonaristas por criticarem o afastamento de dois investigadores do Caso Master, responsáveis por encontrar mensagens suspeitas entre o ministro Alexandre de Moraes (STF) e o banqueiro Daniel Vorcaro. Após receber críticas, Andrei se desfiliou da Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e, nos bastidores, passou a acusar a entidade de servir à direita.

■ Integrantes da ADPF ouvidos pela coluna estranharam a reação do diretor-geral e lembraram que foi o próprio Andrei quem escolheu o atual presidente da associação, delegado Paiva, para integrar seu gabinete na direção-geral da Polícia Federal.

■ Paiva ocupou durante três anos o cargo de assessor de Assuntos Parlamentares de Andrei, uma função de confiança na cúpula da corporação.

■ Os delegados também destacaram que o auditório da ADPF, em Brasília, leva o nome do ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, que comandou o Ministério da Justiça durante o primeiro mandato do presidente Lula.

■ Nesse contexto, integrantes da associação questionam a tentativa de associar a entidade ao bolsonarismo por condenar a retirada dos dois investigadores responsáveis por descobrir elementos de um caso que pode representar um dos maiores esquemas de corrupção do país.

■ Na Polícia Federal, há o entendimento de que a condução de um inquérito por um delegado deve ser preservada. Por isso, a retirada dos investigadores no decorrer das apurações, embora não seja necessariamente ilegal, é considerada imoral por integrantes da corporação, que veem na medida uma afronta aos princípios da instituição.

■ Outro ponto que torna a situação mais delicada, segundo os críticos da decisão, é a relação próxima de Andrei Rodrigues com autoridades citadas nas investigações, entre elas o ministro Alexandre de Moraes e o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

TCU identifica "risco crítico" e determina fim de parceria de órgão do Ministério da Justiça com entidade das bets

■ O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou um "risco crítico" em uma parceria firmada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com uma associação ligada ao mercado de apostas esportivas. A análise apontou irregularidades no acordo e levou à determinação de seu encerramento.

■ A parceria foi celebrada em outubro de 2025 com a Associação Nacional pela Segurança Jurídica dos Jogos e Apostas (Anseja), para o patrocínio e apoio a eventos institucionais do Cade. O acordo tinha duração prevista de cinco anos e não envolvia repasse financeiro direto à autarquia.

■ Segundo a unidade técnica do TCU, a continuidade da parceria representava um "risco crítico à integridade e à credibilidade institucional" do Cade. A avaliação apontou que o órgão não havia realizado uma análise prévia adequada dos riscos reputacionais, de integridade e de possíveis conflitos de interesses relacionados à associação.

■ A fiscalização também identificou irregularidades no procedimento de formalização do acordo, incluindo a inversão de etapas previstas no chamamento público e a produção de efeitos da parceria antes de sua publicação no Diário Oficial da União.

■ Outro ponto questionado foi a participação de representantes das entidades privadas na organização de um seminário promovido pelo Cade sobre o mercado de apostas. Mesmo após o cancelamento do patrocínio, integrantes das associações participaram do evento como palestrantes, situação considerada pelo Ministério Público junto ao TCU uma violação dos princípios da moralidade e da impessoalidade.

■ Durante a apuração, o tribunal também recebeu uma denúncia anônima sobre possíveis vínculos do presidente da Anseja, André Luiz Menezes Lins, com empresas de pagamentos suspeitas de operar para plataformas ilegais de apostas. O TCU ressaltou que as informações eram apenas indícios, ainda não comprovados.

■ Diante das irregularidades, o tribunal determinou a rescisão do acordo e o encaminhamento de documentos ao Ministério Público Federal, ao Banco Central e à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, para avaliação de eventuais providências.

■ A auditoria interna do próprio Cade também reconheceu riscos reputacionais e de integridade na parceria, embora não tenha identificado conflito de interesses concreto envolvendo a associação ou seu presidente.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Ideia de libertar Bolsonaro para arrefecer os ânimos na política foi atribuída a Edinho

Projeto de anistia a Bolsonaro divide PT e pode derrubar Edinho Silva da presidência do partido

■ Um projeto de anistia a Jair Bolsonaro dividiu o PT e pode culminar com mudança no comando do partido de Lula. Nos bastidores, a ideia de libertar Bolsonaro com a justificativa de arrefecer os ânimos na política foi atribuída a Edinho Silva, presidente nacional do PT.

■ Sem citar o dirigente, Gleisi Hoffmann criticou a proposta. Em declaração ao ICL Notícias, ela afirmou que a medida era tão absurda que os dirigentes do PT que defenderam a ideia em declaração em off ao jornal Folha de São Paulo sequer apareceram publicamente.

■ O fato é que dentro do PT, esse desgaste recaiu sobre Edinho Silva, que já vem sendo pressionado a deixar a presidência do Partido dos Trabalhadores por conta do fraco desempenho como coordenador da campanha de Lula no primeiro turno da eleição à Presidência.

■ No segundo turno, Edinho perdeu espaço para nomes como André Janones, Camilo Santana e Marco Aurélio de Carvalho, que passaram a ganhar maior protagonismo na campanha.

■ A coluna apurou que já existe um movimento dentro do PT para convencer Edinho Silva a renunciar à presidência da legenda. Caso ele resista, a alternativa discutida é antecipar o Processo de Eleição Direta (PED), para que o partido escolha um novo presidente já no próximo ano.

PINGA-FOGO

Só a esquerda é democrática? Até quando pede para desrespeitar uma decisão do TSE?

■ **Curioso o abaixo-assinado de juristas e de alguns acadêmicos do Direito mais à esquerda defendendo o segundo turno no Rio. Batizado de "Manifesto jurídico e popular pelo Segundo Turno Constitucional para Governador do Rio de Janeiro", o documento, que desafia uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, se tivesse sido feito pelos advogados ligados à direita, seria enquadrado como um ato golpista e tentativa de subverter a democracia. Os primeiros subscritores são a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD / Núcleo RJ Associação Juízas e Juízes para a Democracia – AJD. É irônico que, em nome da "democracia", um documento pede para não considerar a soberania do TSE para decidir sobre uma eleição resolvida no primeiro turno.**

FUTURO DESEMBARGADOR SÓ DEPOIS DAS ELEIÇÕES DO TJRJ

■ Corre nos corredores do Tribunal de Justiça do Rio que um futuro desembargador, a ser promovido por antiguidade, só será eleito depois da eleição para a presidência do TJRJ, que ocorrerá no próximo dia 30. É que ele foi rotulado como possível aliado de um dos candidatos. Se empossado antes, terá direito a votar.

MORAR NOS ESTADOS UNIDOS VIROU SINÔNIMO DE FUGITIVO

■ **Curiosa a mídia e, especialmente, a Rede Globo em rotular de "fugitivo" um comentarista político de rede nacional de televisão, que todos os dias aparece no ar, direto dos Estados Unidos, país onde reside há anos e de onde faz as suas intervenções na TV e rádio. Está faltando apuração mais rigorosa antes de jogar o nome de algumas pessoas no pelourinho acusatório.**

ASSUNTO AINDA FORA DA PAUTA ENTRE COUTO E RUAS

■ Não há martelo batido sobre se as escolhas dos nomes para as duas vagas da OAB, referentes ao quinto constitucional do TJ-RJ, será feita pelo desembargador e Governador Interino Ricardo Couto ou pelo Governador eleito Douglas Ruas. Os dois ainda conversaram sobre o assunto.

DOUGLAS NAS PÁGINAS AMARELAS DA VEJA

■ **Nesta sexta-feira (13), a revista Veja circula trazendo nas páginas amarelas uma entrevista com o Governador eleito do Rio de Janeiro, Douglas Ruas. Vai ser a estreia de Ruas na mídia nacional e o Brasil começará a conhecer o novo chefe do Executivo carioca. Quem assistiu a gravação da entrevista afirma que ela está imperdível.**



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

FSB comemora 25 anos de Flávio Castro na empresa

FOTOS CM



Homenagem reuniu familiares de Flávio Castro, sócios e colegas da FSB nos salões do Country Club, em Ipanema



Flávio Castro com Gláucia e o sócio-diretor Darse Lima Jr.jpeg



Flávio Castro com Chiquinho Brandão: 25 anos em parceria de sucesso



O sócio Renato Salles (E), O CEO Marcos Trindade, Chiquinho Brandão, Flávio Castro e o sócio Diego Ruiz



O homenageado com a esposa, Gláucia, a sócia Gabriela Wolthers (D) e colegas da FSB-RJ

Um almoço no tradicional Country Club, em Ipanema, comemorou ontem os 25 anos de atuação do jornalista e sócio Flávio Castro na FSB Comunicação.

Liderado pelo fundador da agência (hoje uma holding), Chiquinho Brandão, o evento reuniu sócios e colegas de trabalho dos escritórios de Rio, São Paulo e Brasília.

Chiquinho Brandão e o CEO Marcos Trindade recordaram o início de Flávio Castro na empresa, após uma carreira bem-sucedida em redações de veículos de imprensa relevantes, como O Globo, entre outros, e destacaram a trajetória de Castro na empresa.

A apresentação de um vídeo com depoimentos de parentes e clientes precedeu o merecido almoço a um profissional tão competente quanto querido no mundo da comunicação corporativa.



Flávio Castro (D) com os pais, a esposa, Gláucia, e sobrinha

Câmara dos Deputados aprova projeto que inclui morte de cães e gatos por maus-tratos no rol de crimes hediondo

CM



Projeto é de autoria dos deputados Felipe Becari, Célio Studart, Marcelo Queiroz e Dr. Ismael

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (11/11), o Projeto de Lei 2.475/25, que propõe incluir no rol de crimes hediondos os maus-tratos contra cães e gatos quando a conduta resultar na morte do animal.

De autoria dos deputados federais Célio Studart (PSD-CE), Marcelo Queiroz (PSDB-RJ), Laura Carneiro (PSD-RJ), Dr. Ismael Alexandrino (PSD-GO), Felipe Becari (União-SP) e Delegado Bruno Lima (Pode-SP), o projeto altera a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), acrescentando a nova tipificação ao rol previsto na legislação.

– Nossa proposta veio para acabar com um cenário de impunidade em relação àqueles que são condenados pela prática de maus-tratos contra animais, estabelecendo punições mais severas, de acordo com a gravidade do crime cometido – afirmou o deputado Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR), que é relator do projeto na Câmara.

Os crimes hediondos recebem tratamento penal mais rigoroso. Entre as consequências previstas na legislação estão a impossibilidade de concessão de fiança e a proibição de anistia, graça e indulto.

– Enquadrar os maus-tratos contra cães e gatos que resultem na morte do animal no rol da Lei de Crimes Hediondos é uma conquista de extrema importância para a causa animal, além de reforçar o dever do poder público de proteger os animais – destacou o deputado Marcelo Queiroz.

O texto segue para apreciação do Senado Federal.

GOVERNADOR ELEITO VISITARÁ TVS EM SP

■ Já na próxima semana, o governador eleito do Rio vai fazer um road show na mídia de São Paulo e visitará grandes grupos empresariais interessados em investir no Rio. Vai às emissoras paulistas e participará de programas nacionais. Todos querendo conhecer este fato novo na política nacional.

CAVALIERE MANDA EDITORIAL DE O GLOBO E RECEBE DE VOLTA O DO CORREIO DA MANHÃ

■ **O prefeito Eduardo Cavaliere ficou tão incomodado com o evento empresarial, que foi realizado no Fairmont, para o governador eleito Douglas Ruas que enviou, por WhatsApp, uma cópia do editorial de O Globo publicado naquele dia defendendo o 2º turno. A resposta foi no mesmo tom. Foi enviado de volta o editorial do Carreio da Manhã, publicado na mesma data, que defendia a decisão do TSE que chancelava a vitória de Douglas Ruas no primeiro turno.**

CAVALIERE VAI COPIAR DOUGLAS E REDUZIR SECRETARIAS

■ Vai ficar feio para a prefeitura do Rio o contraste do número de secretarias municipais com as que terá o governo Ruas. O estado do Rio deverá ter metade do número de secretarias. O prefeito Cavaliere não quer ficar atrás. Assim que a ideia de segundo turno receber uma pá de cal, ele pretende também reduzir o número de secretarias, principalmente aquelas cuja os ocupantes fizeram corpo mole no 1º turno.

MAIS UM MINISTRO DO RIO

■ **Já tem gente chamando o deputado federal Otoni de Paula de ministro. Ele está empenhado em fazer parte do primeiro escalão do próximo governo Lula. Tem trabalhado e movimentado uma ala evangélica mais à esquerda para endossar o seu nome para a pasta.**

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Como com o resto da sociedade, polarização corrói a Polícia Federal

Há por trás da briga do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, com a Associação Nacional dos Delegados da PF (ADPF) desde questões que beiram o ridículo até uma grossa disputa de poder que replica na instituição a polarização política que corrói toda a sociedade.

Entre os pontos ridículos, há até uma discussão sobre o uniforme da Academia Nacional da Polícia Federal.

Acontece na PF uma eterna discussão relacionada à sua estrutura. Agentes e delegados são cargos estanques. Não há uma carreira prevista pela qual um agente possa ascender à condição de delegado. São concursos distintos. Diferente do que acontece, por exemplo, na Polícia Civil, onde a função de delegado é uma chefia exercida por um policial de carreira. Na gestão de Andrei Rodrigues, estabeleceu-se que o uniforme na Academia seria igual para todos. Os delegados reclamaram formalmente. Queriam para eles um uniforme diferente.

Segundo uma fonte da PF, parte das divergências dos delegados é fruto de uma disposição de Andrei Rodrigues de passar a diferenciar menos os agentes dos delegados. Mas tem, sem dúvida, como principal pano de fundo a disputa política entre bolsonaristas e petistas dentro da instituição.

Os conservadores são hoje a maioria na Polícia Federal. No caso da instituição como um todo, diz a fonte, estaria dividida em meio a meio com relação a quem está na ativa. Mas é a grande maioria entre os aposentados – muitos oriundos dos tempos da ditadura – e também entre os delegados. O desempenho de Flávio Bolsonaro (PL) no primeiro turno fez com que essa maioria conservadora imaginasse que teria poder de decisão na sucessão de Andrei Rodrigues. E passou a trabalhar para desgastá-lo.

O caso do afastamento dos delegados na apuração do caso Master foi a gota d'água de uma situação que já durava algum tempo. A razão formal foi que eles não teriam atendido à determinação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, de enviar um relatório somente com os fatos apurados, sem fazer juízo de valor. Mas, no fundo, é o ápice de um desgaste que já havia.

Andrei Rodrigues já tinha manifestado sua disposição de não continuar à frente da PF. O que aumentou ainda mais a pressão dos grupos pela sua sucessão. Há nomes colocados nessa disputa. O presidente do Conselho de Controle da Atividade Financeira (Coaf), Ricardo Saadi, delegado da PF. A diretora de Gestão de Pessoas da polícia, Helena de Rezende. O diretor-executivo William Murad. E o secretário de Segurança Pública da Bahia, Marcelo Werner.

No meio desse rolo, se Lula pedir a Andrei Rodrigues que fique, ele naturalmente aceitará. Mas não tem essa disposição. No fim, de novo, é a política. Que, no Brasil, virou questão pessoal.

ALEXANDRE GARCIA

Jornalista e comentarista de política

Novos cabrais

O decano do Supremo, Ministro Gilmar Mendes, esta semana declarou que a crise é geral, não apenas do Supremo. É verdade. Mas ao estar no Supremo, derrama-se pelo Judiciário, até chegar às pequenas causas. E quando alguém escreve "ladrão" numa faixa e a Polícia Federal deduz que se refere ao Presidente da República - ou um deputado pronuncia "ladrão" e um general entende que se refere ao seu Comandante Supremo, então a crise também está no Poder Executivo e na área militar. Quando o tesoureiro de campanha do Presidente do Senado é investigado por dinheiro da previdência do Amapá posto no Master, ou o Presidente da Câmara vai com o jatinho do Tigrinho para paraíso fiscal e de jogatina no Caribe, então a crise também está no Legislativo.

Crise nos três poderes e no dito quarto poder, o jornalismo. Certamente a dosimetria vai discutir os absurdos de penas de gente condenada por atacado, sem individualização dos crimes, sem juiz natural, com prisão por perfídia. Vão aparecer sinais gritantes de injustiça, como o caso do senhor Hahn, condenado a 14 anos por doar 500 reais para fretar ônibus a Brasília, tal como a Débora, por associação criminosa armada para derrubar o estado de direito - como se batom fosse arma - e dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado, sem que tivesse prejudicado uma única molécula do granito da deusa da Justiça. Então nós, do "quarto poder" vamos perceber que em boa parte ficamos em silêncio diante do arbítrio, da injustiça, do exagero, do inconstitucional, do juízo de exceção proibido pelo inciso XXXVII do pétreo artigo 5º da Constituição - e vamos perceber que também estamos em profunda crise nos valores jornalísticos.

Esses quatro poderes não estão sós da crise. O brasileiro que se adapta à exceção, que não percebe que em democracia precisa fiscalizar, criticar, cobrar e votar bem, também está em crise de cidadania - e essa gera todas as demais, porque permite, na sua alienação, que usem seus poderes e o fruto de seu trabalho para se comportar indecorosamente, desrespeitar as leis, agir como se não existissem "213 milhões de pequenos tiranos" a aspirar respeito aos impostos que são obrigados a pagar, aos votos que são obrigados a registrar nas urnas - agora infantilizadas por esse boneco porta-voz "Pilili", como se votar fosse brincadeira. Se está errado assim, e por isso estamos atrasados, carentes de segurança física e jurídica, já não seria hora de dar um reset neste país?

O leitor pode julgar utópica essa sugestão. Temos superabundância de riqueza natural, o que torna até pecaminoso o nosso imobilismo. Mas, com a cultura do deixa estar, só numa epifania nacional. Uma redescoberta de nós mesmos, de nossos lares, de nossas escolas, de nossas instituições. Da meritocracia, do livre mercado, das liberdades, da iniciativa privada, do direito de propriedade, do respeito à lei e à ética. Gilmar Mendes identifica a crise geral. Teria ele idéia de por onde começar a trocar crise por paz, bem-estar, estabilidade, fartura? Penso que se precisa começar pela menor das minorias: o indivíduo. Cada um se perguntando o que poderia fazer para melhorar a própria vida. O coletivo disso poderia ser o reinício. Uma nova descoberta. Novos Cabrais avistando a nova e rica terra.

EDITORIAL

A geração que perdeu a confiança no futuro

Durante décadas, a juventude foi associada à esperança. Era o período de fazer planos, escolher uma profissão, conquistar o primeiro emprego, sair da casa dos pais, comprar um imóvel e construir uma família. O futuro, mesmo cercado de incertezas, era visto como uma promessa. Para uma parcela crescente dos jovens brasileiros, entretanto, essa perspectiva parece ter perdido força. O que antes representava uma etapa de conquistas passou a ser, para muitos, uma corrida permanente contra as dificuldades econômicas e a falta de oportunidades.

Não se trata simplesmente de uma geração menos ambiciosa, menos disposta ao trabalho ou mais imediatista, como frequentemente sugerem algumas interpretações. O que está em discussão é uma mudança concreta nas condições de vida. Estudar já não representa garantia de ascensão profissional. Ter um diploma não significa necessariamente conseguir emprego compatível com a formação. Trabalhar em tempo integral tampouco assegura renda suficiente para conquistar independência financeira. A promessa de que esforço e dedicação seriam recompensados parece, para muitos, cada vez mais distante da realidade.

O mercado de trabalho ajuda a explicar esse sentimento. A expansão de contratos temporários, da informalidade e de ocupações mediadas por plataformas digitais criou novas possibilidades de renda, mas também ampliou a insegurança. Motoristas, entregadores, prestadores de serviços e trabalhadores sem vínculo formal podem até encontrar alternativas para sobreviver, mas nem sempre conseguem planejar o futuro. Sem estabilidade, proteção social adequada e previsibilidade de ganhos, torna-se difícil assumir compromissos de longo prazo.

A moradia é outro obstáculo decisivo. Em grandes centros urbanos e em cidades de médio porte, o preço dos imóveis e dos aluguéis consome uma parcela significativa da renda. Para quem está começando a vida profissional, sair da casa dos pais pode representar um compromisso financeiro quase impossível. A compra do primeiro imóvel, que já foi um dos principais símbolos de estabilidade e patrimônio, tornou-se um objetivo distante para muitos trabalhadores jovens. Não basta ter emprego: é preciso que o salário permita viver.

A situação produz consequências que ultrapassam o campo econômico. Adiar a saída da casa dos pais, postergar a formação de uma família, desistir de determinados projetos pessoais ou aceitar trabalhos muito abaixo da qualificação são decisões que refletem limitações materiais. A independência, nesse contexto, deixa de ser uma escolha individual e passa a depender de condições que nem sempre estão ao alcance de quem está começando.

OPINIÃO DO LEITOR

Talento imenso

Kimi Antonelli é campeão do mundo de Fórmula 1 de 2026! Dirigiu brilhante nesta temporada, Antonelli, lenda absoluta! Novato da década. Quanta emoção. Antonelli chegou à Fórmula 1 no ano passado, pela Mercedes, e, esse ano, mostrou que seu talento é imenso. Kimi Antonelli superou Sebastian Vettel e se tornou o mais jovem campeão mundial da história de todos os tempos!

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

DIVULGAÇÃO



Ao todo, operação do MPRJ teve 19 alvos de medidas judiciais

MPRJ divulga balanço de operação contra suspeitos de fraude

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) apresentou os resultados da Operação Caronte, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especializada de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal (GAESF/MPRJ), nesta quarta-feira (11). Foram cumpridos 10 mandados de prisão e 19 de busca e apreensão contra suspeitos de integrarem uma organização criminosa investigada por fraudes tributárias e lavagem de dinheiro envolvendo o grupo econômico da Refinaria de Manguinhos (Refit). De acordo com o procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira, as investigações apuraram prejuízos aos cofres públicos estaduais da ordem de R$ 15 bilhões, considerando um período de cinco anos.
A pedido do MPRJ, a Justiça determinou medidas de constrição de bens e valores, incluindo contas bancárias e ativos virtuais, na ordem de R$ 5,6 bilhões.

Inea amplia boletins de balneabilidade

Entre os resultados ressaltados pelo PGJ estão a apreensão de dez veículos de luxo, avaliados em R$ 8 milhões, e duas aeronaves, estimadas em R$ 25 milhões. Também foram localizados aproximadamente R$ 100 mil em espécie, US$ 785,00 e € 4.495,00 em espécie, e ativos virtuais ainda não contabilizados, além de relógios, documentos e equipamentos eletrônicos. As diligências foram realizadas no Rio de Janeiro e em diferentes localidades do estado de São Paulo, com o apoio do Ministério Público paulista.

DIVULGAÇÃO/PCSP



Agentes da PF cumpriram mandados em São Paulo

Cooperação entre o MPRJ e a Sefaz-RJ

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-RJ) auxiliaram a investigação. Antonio José destacou que a operação é resultado do aprofundamento da cooperação entre o MPRJ e a atual gestão da Sefaz-RJ, que permitiu o acesso a informações essenciais para identificar a estrutura das fraudes. A investigação aponta Ricardo Andrade Magro, principal controlador do grupo econômico, como líder da organização criminosa. Segundo o GAESF/MPRJ, ele se encontra foragido no exterior.

Investigação apontou núcleos de atuação

O coordenador do GAESF/MPRJ, Décio Alonso, explicou que as investigações identificaram três núcleos de atuação da organização: familiar, operacional e financeiro. Segundo ele, a estrutura permitia controlar etapas da cadeia de produção e comercialização de combustíveis, desde a importação de derivados de petróleo até a distribuição aos postos, com operações simuladas para evitar o recolhimento de tributos.

PL para lactantes

Um projeto de lei vai possibilitar candidatas de concursos públicos estaduais que amamentam bebês de até seis meses possam realizar as provas em locais próximos aos endereços residenciais declarados no ato da inscrição. A proposta é do deputado Rosenverg Reis (MDB), que será votada em segunda discussão nesta quinta-feira (12) na Alerj.

Dificuldades no trajeto

O texto amplia a Lei 8.355/19, que já assegura às mulheres lactantes o direito de amamentar durante as provas, e inclui também o acompanhamento do fiscal durante a amamentação. Segundo Rosenverg, a lei não considera no entanto a dificuldade das mães em percorrerem um percurso a longa distância com seus bebês até o local do certame.

Desistência

"Com a determinação de que o concurso seja realizado em local próximo a residência dessas mães, temos uma melhor igualdade no acesso ao certame, uma vez que a distância pode ser determinante na desistência por uma vaga", explicou o parlamentar. Caso seja aprovada, a medida seguirá para sanção ou veto do governador.

Fim de taxas

O deputado estadual Marcelo Dino (PL) celebrou a suspensão da cobrança das Taxas de Turismo em Angra dos Reis, na Costa Verde. A decisão foi anunciada nesta terça-feira (10) após uma rescisão contratual com a CashPago, responsável pela operação do Sistema Digital de Turismo, por descumprimentos contratuais por parte da empresa.

'Parabéns'

"Hoje quero parabenizar cada trabalhador, cada comerciante, cada morador e cada cidadão que não se calou diante de uma cobrança que vinha prejudicando a população da Ilha Grande. Muitos deixaram seus afazeres, abriram mão de horas de trabalho e enfrentaram dificuldades para lutar por aquilo que acreditavam ser justo", disse Dino.

Fiscalização continua

O parlamentar, no entanto, deixou claro que a fiscalização do seu mandato sobre a situação na cidade ainda não terminou. "Vou continuar acompanhando os desdobramentos dessa decisão, cobrando transparência e defendendo os interesses de quem vive e trabalha em Angra dos Reis", concluiu o deputado estadual.

RICARDO STUCKERT / PR



COP 31 é primeira participação internacional de Lula após reeleito

Na COP 31, Lula cobra atuação de países ricos na luta contra mudanças climáticas

Presidente criticou conflitos globais e defendeu multilateralismo para preservar o planeta

Por **Gabriela Gallo**

Em seu primeiro discurso internacional após ser reeleito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cobrou que os países ricos cumpram os compromissos assumidos no enfrentamento às mudanças climáticas. Segundo o presidente, essas nações se desenvolveram às custas do planeta. A declaração foi feita durante a abertura da 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 31), nesta quarta-feira (11), em Antália, na Turquia.

Embora estivesse com o discurso preparado, Lula apresentou rouquidão e pediu ao ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, que lê-se o pronunciamento.

No texto, o presidente afirmou que a crise climática também está relacionada às desigualdades sociais e econômicas entre países. Lula defendeu a manutenção do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, segundo o qual as nações devem assumir compromissos ambientais de acordo com suas respectivas capacidades e responsabilidades históricas.

O presidente também cobrou que os países desenvolvidos cumpram os compromissos financeiros assumidos e ampliem o apoio às nações em desenvolvimento. Ao mencionar a próxima conferência, que será realizada em território africano, destacou a necessidade de ampliar os recursos destinados ao continente, que enfrenta dificuldades e endividamento.

"Não faz sentido abandonar o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os países ricos se desenvolveram às custas do planeta e devem cumprir seus compromissos. A próxima COP, em solo africano, representa uma oportunidade histórica para garantir mais recursos a um continente pressionado pelo endividamento", afirmou.

A conferência deste ano também foi marcada pela ausência de líderes de países desenvolvidos que estão entre os grandes emissores de gases de efeito estufa. Não compareceram os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), e da França, Emmanuel Macron, além do chanceler da Alemanha, Friedrich Merz.

Os governos francês e alemão enviaram representantes ao evento. Já os Estados Unidos não enviaram representantes.

Pressa por aprovação das medidas de ajuste esbarra em resistências no Senado

Governo quer aprovar o texto nesta semana; mas votação foi empurrada para esta quinta-feira

Por **Beatriz Matos**

LULA MARQUES - AGÊNCIA BRASIL



Bruno Moretti (ao centro) citou o impacto de até R$ 60 bilhões.

A tentativa do governo de votar o ajuste fiscal para 2027 esbarrou no pedido de senadores por mais tempo para examinar a proposta. Não houve consenso para votá-la poucas horas após a apresentação nesta quarta-feira, 11. O plano agora é levá-la ao plenário na quinta-feira, depois da leitura do parecer do relator, Eduardo Braga (MDB-AM). Se não houver acordo, a votação ficará para a próxima semana, sob pressão do calendário orçamentário.

Nos bastidores, integrantes do centrão defendem que a votação ocorra na terça ou quarta-feira da próxima semana, para dar mais tempo à análise da proposta. O governo, por outro lado, teme que o adiamento provoque oscilações no mercado financeiro, diante da expectativa por mudanças nas medidas fiscais. O impasse expôs a distância entre a pressa do Planalto e a disposição das bancadas de votar um texto que ainda não tiveram tempo de examinar.

O ex-líder do governo no Senado Jaques Wagner (PT-BA) aceitou assinar como autor o projeto elaborado pela área econômica do governo. No fim da tarde, e Eduardo Braga e a atual líder do governo, Teresa Leitão (PT-PE), discutiram se o parecer seria divulgado. Braga preferia esperar, mas seu relatório acabou sendo apresentado. As objeções nas bancadas à votação imediata permaneceram. A divergência foi sobre o prazo de análise, não uma rejeição formal ao pacote.

Na segunda-feira (9), o ministro da Fazenda, Dario Durigan, discutiu o projeto de ajuste fiscal com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e outros senadores. Alcolumbre ressaltou que seu compromisso era analisar a proposta, não necessariamente aprová-la, já que ainda desconhecia seu conteúdo integral.

Antes da apresentação do projeto, a líder Teresa Leitão evitou antecipar a posição da base governista. O governo não tinha o termômetro da votação, a sinalização era de que as negociações com as bancadas e a avaliação de possíveis resistências ocorreriam após a conclusão do texto.

O PLP altera o arcabouço fiscal, prevê contenção de despesas e revisão de benefícios tributários. Braga recomenda um substitutivo com ajustes de redação. Entre as medidas está a possibilidade de reduzir de 2,5% para 2% o limite de crescimento real dos gastos primários em determinadas condições. Também autoriza contenção de despesas para buscar o centro da meta fiscal, não apenas sua margem inferior.

O parecer estima melhora do resultado primário de 2027 entre R$ 43 bilhões e R$ 54 bilhões, com contenção de gastos e mudanças tributárias. Prevê ainda R$ 100 bilhões de melhora na margem da regra de ouro, indicador relacionado ao endividamento, sem que isso represente economia adicional a somar. Na Comissão Mista de Orçamento (CMO), Bruno Moretti citou o impacto de até R$ 60 bilhões. Antes, circularam projeções de R$ 70 bilhões a R$ 80 bilhões.

O desenho do pacote procura ampliar a margem de manobra da equipe econômica em momentos de aperto. Além da revisão de incentivos, o parecer prevê limites à compensação de créditos tributários e permite desvincular até 40% de determinados superávits financeiros para atender obrigações constitucionais. A regra preserva, entre outros, recursos vinculados à saúde, à educação e à segurança.

A aprovação exige pelo menos 41 votos no Senado e 257 na Câmara. Consultores legislativos avaliam que a busca por maioria poderá provocar mudanças capazes de reduzir o efeito fiscal pretendido. A revisão de benefícios tributários, tende a ser um dos pontos mais difíceis por atingir interesses organizados.

Outro ponto de atenção é o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que financia a segurança pública e apoia as áreas de saúde e educação. Izalci Lucas (PL-DF) e Leila Barros (PDT-DF) já apresentaram projetos para proteger os recursos de limitações fiscais. Ao Correio da Manhã, Izalci afirmou que a bancada havia negociado com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o compromisso de não votar medidas que prejudicassem o Fundo.

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



Alcolumbre tentou votar, mas não conseguiu

No entanto, um dispositivo incluído anteriormente em um projeto sobre combustíveis acabou alterando regras que afetam o repasse dos recursos. O senador afirmou que pretende articular uma solução com Motta e Davi Alcolumbre. A preocupação permanece porque o novo pacote de ajuste fiscal também modifica dispositivos relacionados às receitas do petróleo, mantendo o Fundo Constitucional entre os pontos sensíveis das negociações.

Mudanças percebidas como ameaça ao Fundo podem mobilizar parlamentares, o governo do Distrito Federal e categorias da segurança. Na elaboração do projeto, chegaram a circular propostas de retirar receitas extraordinárias da base usada para atualizar pisos constitucionais e o próprio Fundo.

As mudanças nos valores obrigatórios de saúde e educação enfrentam limites constitucionais. Na avaliação de consultores, isso amplia o potencial de contestação social caso qualquer ajuste seja entendido como redução dos recursos que seriam destinados a essas áreas.

A articulação também avançou na Câmara dos Deputados. Enquanto senadores negociavam a data de votação do PLP do ajuste fiscal, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, reuniu-se com a bancada do PT para discutir a proposta. Se aprovado no Senado, o projeto seguirá para análise dos deputados.

Caso o texto seja modificado na Câmara, terá de retornar ao Senado, o que pode prolongar as negociações e pressionar o calendário legislativo, já apertado pela necessidade de concluir a votação do Orçamento de 2027 antes do recesso parlamentar.

Em paralelo às negociações do ajuste fiscal, o Congresso avançou na análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027. O relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), apresentou o relatório preliminar com as regras para a apresentação de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades. Foi estabelecido o limite de duas emendas por bancada estadual, duas por comissão permanente e uma por parlamentar, com prioridade para projetos em andamento e ações nas áreas de infraestrutura, saúde, assistência social e agropecuária.

A movimentação ocorre enquanto o governo tenta destravar o pacote fiscal no Senado e avançar na elaboração do Orçamento de 2027, cuja votação final está prevista para 17 de dezembro. Com diferentes propostas tramitando simultaneamente, o Congresso terá de conciliar as prioridades de investimento dos parlamentares com as medidas de contenção de despesas defendidas pela equipe econômica.

O PLP não substitui o Orçamento, mas influencia a execução dos gastos e o cumprimento das metas fiscais em 2027. Para o Planalto, a aprovação ainda neste ano é importante para sinalizar o rumo das contas públicas no novo mandato.

A pressa, porém, tornou-se um ponto de divergência no Congresso, diante das críticas à tentativa de acelerar a votação sem tempo suficiente para avaliar os impactos das medidas. O desafio do governo será conciliar a urgência do ajuste com a necessidade de construir apoio parlamentar, sem comprometer os resultados fiscais pretendidos.

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



O petista Lindbergh Farias não aceita as medidas "goela abaixo

Bases de apoio fortes nas ruas e no Congresso, antes do choque

A avaliação do governo é de que as medidas de ajuste nas contas públicas para o quarto mandato do presdente Lula serão um problema.

Não deverão agradar completamente a base original de apoio do presidente à esquerda e nem mesmo os aliados à direita e essas entidade chamada "Mercado". O Palácio do Planalto viu como um primeiro teste a recepção às medidas divulgadas nesta quarta-feira, 11, já que outras medidas deverão vir.

Até que elas não foram muito mal recebidas pelo mercado, que de qualquer maneira continua reclamando mais aprofundamento. Já nas esquerdas, caíram como um banho de água fria.

Para enfrentar os choque que ocorrerão com ambos os lados, Lula avalia que precisa, antes, solidificar o apoio nas ruas e da base parlamentar.

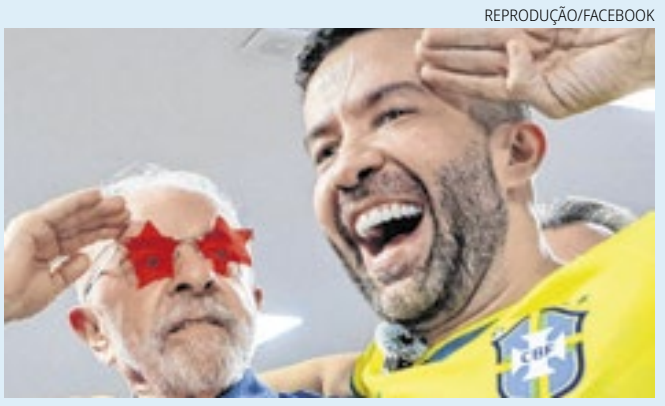
Nas ruas, Janones e redes sociais

Daí porque o deputado André Janones foi um dos convidados de honra para integrar a comitiva da primeira viagem presidencial ao exterior.

Não foi só porque montou o "Exército de Lula", decisivo para a vitória do presidente nas eleições.

É que o "Exército" será fundamental no diálogo permanente do presidente com as ruas ao longo de seu governo. Lula acha que o contato direto será importante para solidificar o apoio das ruas nos momentos difíceis.

REPRODUÇÃO/FACEBOOK



Janones mobilizou de novo seu exército para as bets

Uma base sólida no Congresso

A montagem do ministério é fundamental para solidificar a base de apoio ao governo no Congresso. Não é a única arma, mas é a mais importante.

É preciso, segundo Lula disse a assessores, escolher com cuidado ministros que lhe sejam bastante fiéis e tragam de fato o apoio das bancadas parlamentares.

O ano de 2027 será o ano da aprovação dos projetos que podem garantir governabilidade ao longo do mandato, por isso agora não se pode montar uma equipe fraca.

Problemas no Supremo são superáveis

O presidente Lula enxerga que a crise do Judiciário atinge a relação dos ministros do Supremo Tribunal Federal com os políticos, mas não necessariamente o seu governo.

Lula quer manter a boa relação que tem, no momento, com a maioria dos integrantes da Corte. Só prevê dificuldades com André Mendonça e Luiz Fux. Mesmo Nunes Marques e Dias Toffoli, ele não considera que criarão problemas

PT ameaça ministro

"Espero que os senhores tenham respeito com a base parlamentar, que também elegeu o Lula. Se os senhores quiserem votar isso goela abaixo no Senado e na Câmara, os senhores vão rachar nossa base", disse pessoalmente o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) ao ministro Bruno Moretti, do Planejamento, nesta quarta-feira, 11, no Congresso.

Psol-Rede vota contra

O deputado Tarcísio Motta (Psol-RJ) subiu revoltado à tribuna da Câmara. "Temos que ouvir nos render aos humores do mercado. O mercado hoje esrá de bom ou de mau-humor?", reclamou, para depois denunciar que staria havendo chantagem e avisar: "A bancada Psol-Rede vai enfrentar qualquer ajuste que tire dinheiro do povo"

Mercado bem-humorado

Nesta quarta-feira, 11, o Ibovespa fechou em alta de 0,42%, aos 172.060,44 pontos, enquanto o dólar comercial recuou 0,43%, encerrando o dia cotado a R$ 5,5619. O movimento positivo dos ativos locais foi impulsionado pelo pacote de corte de gastos apresentado pelo governo federal com o Congresso Nacional.

Mercado é comilão

"Ainda é pouco. Precisamos de algo acima de R$ 100 bilhões para fechar as contas de 2027", disse ao Infomoney o economista Otávio Araújo, consultor sênior da ZERO Markets Brasil. Segundo ele, a simples divulgação do montante não representa, por si só, uma mudança relevante para a percepção dos investidores.

Minimiza poupança

Em relatório antes da fala do ministro do Planejamento, a XP Investimentos concluiu que o impacto das medidas pode ser menor do que o divulgado. Os efeitos permanentes somariam R$ 38,3 bilhões. Seriam R$ 17,5 bilhões com a redução de benefícios fiscais e R$ 8 bilhões, com a mudança no piso da saúde e da educação.

"Vai para a direita"

O presidente Lula já não convence muito os integrantes do partido que o conhecem há mais tempo. Um cacique do PT dizia depois da eleição que não esperava movimentos de Lula à esquerda, nem na montagem do ministério, nem nas medidas ecoonômicas. "Se não tiver pressão e luta política, a direita leva tudo" confidenciou dias atrás.

MARINA RAMOS - CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ala pragmática do PL defende apoio à Motta para evitar isolamento do partido

PL se divide e adia decisão sobre apoio a Hugo Motta

Parlamentares eleitos terão que votar sobre apoio a presiente da Câmara

Por **Gabriela Gallo**

Por absoluta falta de acordo entre os parlamentares, o Partido Liberal (PL) adiou a data para que a sigla indique se apoiará a reeleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a presidência da Câmara dos Deputados ou se o partido lançará uma candidatura própria. Após reunião da bancada nesta quarta-feira (11), o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que decisão deverá ser divulgada daqui a 15 dias. Dos 121 deputados federais eleitos pela sigla para a próxima legislatura, 94 compareceram no encontro.

Sóstenes informou que, diante da falta de consenso, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, optou por adiar a definição e ouvir os demais parlamentares ausentes.

"Não é uma decisão fácil para nenhuma bancada, mais difícil ainda para uma bancada de 121 deputados dos quais 58 [deputados] são de primeiro mandato e ainda não entendem o funcionamento da Casa", disse Sóstenes, informando ainda a recondução das lideranças do PL no Congresso Nacional para o próximo semestre.

O partido está dividido entre uma ala pragmática, que defende declarar apoio à reeleição de Motta em troca de acordos, e uma ala ideológica que insiste que o PL não se vincule a Motta. A ala conservadora cita a proximidade de Motta com o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Já a ala pragmática argumenta que o partido ficará isolado, apesar de ser a maior bancada da Casa, perdendo espaço em comissões estratégicas, na Mesa Diretora e em espaços de articulação política.

Sóstenes questionou a cobrança para que o PL anuncie com antecedência quem apoiará na disputa para a presidência da Câmara. As eleições para o comando da Casa ocorrerá em 1º de fevereiro de 2027. A Federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB) declarou apoio à reeleição de Hugo Motta em outubro.

Até o momento, 15 partidos declararam apoio ao atual presidente da Câmara. Os demais são: União Brasil, PP, Republicanos, PSD, PSB, PSDB, MDB, Podemos, PDT, PRD, Solidariedade e Cidadania. Considerando todos os deputados federais eleitos pelos partidos que declararam apoio à Motta (361 deputados), o montante representa 70% da Câmara na próxima legislatura.

LEONARDO BOFF

Teólogo, filósofo e escritor

Inaguramos uma nova era geológica?

A Terra possui já 4,6 bilhões de anos. Conheceu várias eras geológicas, como como a mais devastadora, no premiano-triássico há 252 milhões de anos que dizimou 95% das espécies marinhas e 70% das terrestres; a arqueozoica, a paleozoica. a mesozoica, a cenozoica na qual há 1,8 milhão de anos surgiu nosso ancestral,o homo sapiens.Cada era introduziu grandes modificações no planeta.

Nos últimos tempos ocorreram tantas trasnformações que nos sugerem a inauguração de uma nova era.

O primeiro evento foi o lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão em 6 e 9 de agosto de 1945.Ele causou grande espanto e estupor na humanidade. Pois nos apropiamos de nossa própria destruição.Não necesitamos da intervenção divina, basta a humana, para produzir o armagedon.

O segundo evento é a mergênci da juventude em quase todas as cidades do Ocidente,sem que ninguém a convocasse,uma espécie de irrupção do Weltgeist na expressão de Hegel ou um novo "tempo do eixo"(Jaspers). Surge como um novo sujeito histórico.Expressava o cansaço deste tipo de mundo materialista e consumista,este modelo de democracia,controlada,geralmente,pelos poderosos.Está surgindo um novo tipo de consciência,em grande parte,pelos novos meios de comunicação digital.

O terceiro evento novo é a invenção da Inteligência Artificial (IA).Ela traz inegáveis benefícios. Mas a verdeiramente perigosa é a IA Autônoma que com seus bilhões e bilhões de algoritmos pode tomar decisões que não depentem mais da vontade humana. Ela pode se associar a outras plataformas e decidirem eliminar da face da Terra a espécie humana por vê-la como um empecilho à sua autoreprodução. Como foi possível termos delegado o nosso destino a uma IA fria,insensível, cruel e assassina?

Esses três eventos são de tal gravidade que põe em xeque a capacidade de controle humano. O que ocorreu em nossa história para chegarmos até a esse eventual suicídio involuntário?

Talvez essa possibilidade esteja inscrita em nosso próprio DNA. Antropólogos, psicólogos e neurocientistas nos deixaram claro que a nossa condição humana, assim como a conhecemos, é tomada por duas forças que Sigmund Freud considerava eternas: somos seres portadores de morte (thánatos) e simultaneamente seres portadores de vida (eros). Outros preferem outras formulações como a mais frequente em Edgar Morin: somos demens e simultaneamente sapiens, vale dizer somos marcados por tendências dementes e ao mesmo tempo por tendências inteligentes.A teologia cristã, desde suas origens, fala, em seu dialeto,que somos ao mesmo tempo justos e pecadores (simul iustus et peccator), até o mais perfeito e santo dos seres humanos.

Desafio humano é manter estes forças construtivas/destrutivas sob severo controle, de forma que predomine a dimensão inteligente/sapiens sobre a demens/mortal, sabendo que esta jamais pode ser eliminada mas mantida sob a regência do sapiens.

O ser humano é um ser complexo,impossível de ser encaixado em algumas categorias, Ele não tem corpo. Ele é corpo todo inteiro animado (não é um cadáver) como forma de estar presente no conjunto das relações neste mundo e no processo cosmogênico. Ele é totalmente mente, vale dizer um ser com interioridade, habitada por paixões, impulsos,sendo o maior, o desejo, arquétipos ancestrais que guardam a memória das experiências humanas, das mais felizes às mais trágicas. O grande desafio é manter esse universo interior em equilíbrio para levar uma vida integrada e minimamente satisfatória.

Ele é principalmente coração (cérebro límbico de mais de 200 milhões de anos) capaz de sentir, amar, mostrar empatia, viver a ética do bem viver e desenvolver a espiritualidade, o mundo das excelências.Este foi vastamente recalcado a pretexto de impedir a objetividade do saber científico.O que ganhou a exclusiva hegemonia, no conjunto das energias humanas, foi a razão. Pela razão decifram-se as leis da natureza,penetra-se nas estruturas mais ignotas da natureza, da genética e do mjndo atômico e subatômico. Soube transformar a razão como o grande instrumento de dominação,a razão intrumental-analítca, pela qual foi construído o mundo que habitamos marcado pela tecnologia.

O ser humanano também possui profundidade que é sua dimensão da espiritualidade e do espírito.Espírito é aquele momento da consciência pelo qual capta a totalidade do ser humanano corpo/mente, que o torna capaz de apreender o Todo. de si mesmo, do mundo e do universo.Ele torna-se sensível àquela Energia de Fundo, poderosa e amoros, que sustenta todos os seres.Ela se revela pela capacidade de amor, de solidariedade,de compaixão, de ternura, de admiração e de veneraçao face à "grandeur" do universo. Ambivalente como é, ele pode se expressar também pelo contrário destas virtudes e revelar-se malévolo e sem piedade.

Lanço a seguinte hipótese: foi a predominância exclusiva da razão instrumental analítica, desgarrada do coração, da ética e da espiritualidade, que criou o mundo ameaçador que habitamos. Ela foi usada a partir do século 17. na Europa como vontade de poder-dominação sobre a natureza, as classes. os povos, continentes inteiros como a África e a América Latina. Sua expressão hitórica é o capitalismo que coloca a exploração dos bens e serviços da natureza,sem qualquer respeito a seus ciclos, em função de um desenvolvimento ilimitado absurdo, num planeta limitado, Sua lógica interna irrefreável é a acumulação sem limites,marcada pela competição sem nenhum sentido de cooperação. Seu furor da enriquecimento à custa da natureza e da força de trabalho dos trabalhadores não conhece freios. Impondo-se limites, significa condenar-se a si mesma. Por isso segue sua forma de exploração cada vez mais sofisticada e indomável até o planeta Terra tornar-se inabitável para ele e para todos.

Penso que a invenção das plataformas de IA constitui a suprema expressão da vontade de poder e de acumulação à custa dos recursos naturais como água, terras raras, outros materiais estratégicos e a totalidade da natureza. Uma razão artificial fora da razão natural pode se constituir como a arma mais poderosa de nossa própria autodestruição.

Se não conseguirmos resgatar o coração para limitar e enriquecer a razão instrumental-analítica – razão e coração unidos – dificilmente evitaremos uma tragédia humana. Cremos que como a vida sobreviveu a 5 grandes dizimações em sua longa história, não será agora que ela sucumbirá a essa funesta ameaça de autoliquidação. Como acenava o grande biólogo Edward Wilson: a vida não é nem material,nem espiritual nem mortal. Ela passa por nós e segue. Pois a vida é eterna.

A nova era se chamará segundo o maior cosmólogo vivo Brian Swimme de a ERA ECOZÓICA. O centro ocupará o oikos (a Casa Comum,a Terra): todos convergindo e se encontrando como irmãos e irmãs junto com os demais irmãos e irmãs da natureza, num único lugar, na Mãe Terra. Então teremos ainda futuro.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV.

Treinado para não sentir

Até hoje me lembro dos telefonemas da minha avó. Todas as noites, ela ligava lá em casa para saber se o filho mais velho tinha chegado vivo do trabalho. Meu pai era policial militar e, naquele tempo, subia morros, enfrentava tiroteios e corria riscos que eu ainda não sabia medir. Para minha avó, ouvir a voz dele ao telefone garantia mais uma noite de sono.

A Polícia Militar atravessa a história da minha família. Meu avô foi PM, meu pai também, hoje na reserva. Eu mesmo nasci no Hospital Central da Polícia Militar, no Estácio. Hoje, meu pai é a primeira pessoa com quem converso quando a PM aparece no noticiário. Mas nunca tínhamos falado sobre como os riscos e a violência do trabalho afetavam a saúde mental dele.

Nesta semana, perguntei. Ele me contou que, na época dele, o policial era "treinado para não sentir". Tinha de agir sempre com a razão, ser técnico, não se envolver. Só que isso não é possível quando se vê um colega morrer à sua frente. E o policial aprendia a não admitir o que sentia, porque sentir era visto como fraqueza. Se alguém perguntasse se estava abalado, a resposta tinha de ser não.

Esse silêncio também chegava em casa. Nenhum policial se senta à mesa do jantar para contar à família as cenas que viu em uma operação. Guarda tudo para si. Meu pai é um homem essencialmente sensível, mas, assim como tantos colegas, passou anos sem deixar escapar qualquer sinal.

Pouco antes de ir para a reserva, há cerca de vinte anos, observou alguns tremores e uma ansiedade além do que considerava normal. Procurou o psiquiatra da própria corporação. Foi diagnosticado com fobia social e afastado das ruas por um período. No português claro, entrou de licença médica.

A minha avó tinha medo de que ele não voltasse. Mas o risco da profissão não é só o tiro. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2026, no ano anterior foram registrados 110 suicídios de policiais civis e militares no país, contra 29 mortes em confronto durante o serviço. São quase quatro vezes mais. A comparação mostra o quanto a preocupação com a vida desses profissionais precisa ir além das operações.

O próprio governo do Rio reconheceu, em relatório enviado ao Conselho Nacional do Ministério Público em outubro de 2025, que faltavam psiquiatras na rede da PM. O documento também apontou poucos encaminhamentos e afastamentos formais depois de ocorrências críticas, tanto na Polícia Militar quanto na Civil. Isso, segundo o relatório, poderia indicar falhas nos registros, no acompanhamento ou uma cultura que dificulta a busca por cuidado.

Não basta haver atendimento se o policial tiver medo de procurá-lo. O que vão pensar os colegas? Como o superior vai reagir? O que acontece com a arma, com o trabalho na rua, com a carreira? Essas perguntas precisam de respostas claras. Enquanto pedir ajuda parecer punição, muitos vão continuar dizendo que está tudo bem. Admitir que não está bem não diminui a coragem de ninguém, não apaga uma trajetória nem torna o policial menos digno de respeito.

Afastar alguém das ruas ou restringir o acesso à arma pode fazer parte do cuidado. Mas o policial precisa entender a decisão e ter sua privacidade respeitada durante o tratamento. Depois de uma ocorrência especialmente difícil, a corporação deve oferecer acompanhamento, sem esperar que ele peça ajuda. Quem está à frente de uma equipe precisa saber como encaminhá-lo.

Se faltam psiquiatras, cabe ao governo contratar mais profissionais para atender os policiais. E quem vai para a reserva também precisa encontrar apoio: o fim do serviço não apaga o que foi vivido durante décadas.

Nada disso significa ignorar problemas da atuação policial. A defesa dos direitos humanos vale para os moradores de comunidades e vale para quem veste a farda. Um policial bem cuidado trabalha melhor, vive melhor e protege melhor. Cuidar dele também é política de segurança pública.

Meu pai foi treinado para não sentir. Sentiu mesmo assim, como qualquer pessoa sentiria. A Polícia Militar exige que seus profissionais estejam preparados para enfrentar a violência. Precisa estar igualmente preparada para cuidar de cada um de seus combatentes.

CORREIO ECONÔMICO

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Regra permitirá cálculo por estimativa e ajustes posteriores

Governo apresentará texto que facilita adaptação à reforma

O governo federal vai encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta para criar uma regra de transição na cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), novo tributo federal da reforma tributária. A medida permitirá que as empresas façam um cálculo estimado do imposto nos primeiros meses de vigência do sistema e realizem ajustes posteriormente, reduzindo dificuldades na adaptação às novas regras.

O anúncio foi feito nesta quarta-feira (11) pelo secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

De acordo com o secretário, a proposta busca dar mais segurança aos contribuintes durante a migração para o modelo de crédito vinculado ao pagamento e para o sistema de split payment – mecanismo que vincula o aproveitamento de créditos tributários ao efetivo recolhimento do tributo na operação.

Saques da poupança superam depósitos

Os saques da caderneta de poupança superaram os depósitos em R$ 8,88 bilhões em outubro, informou o Banco Central. No mês passado, foram depositados R$ 341,49 bilhões e retirados R$ 350,37 bilhões. Os rendimentos creditados somaram R$ 6,32 bilhões. Com isso, o saldo total da aplicação encerrou o mês em R$ 1,01 trilhão, segundo relatório divulgado nesta quarta-feira (11) pela autoridade monetária. O resultado foi melhor que o registrado em setembro, quando a retirada líquida somou R$ 9,35 bilhões.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Retirada líquida acumula R$ 75,3 bi nos dez primeiros meses

Governo anuncia medidas de ajuste econômico

O governo federal prepara um pacote de medidas de ajuste fiscal com potencial de gerar uma economia entre R$ 50 bilhões e R$ 60 bilhões em 2027. A proposta foi apresentada nesta quarta-feira (11) pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no Congresso Nacional.
As medidas serão reunidas em um projeto de lei complementar (PLP), negociado com lideranças do Senado. O objetivo é reforçar o controle das despesas.

Aporte de 100 mi de euros em bioeconomia

O Banco do Brasil (BB) e o banco de desenvolvimento alemão KfW avançaram na estruturação de nova operação de financiamento de 100 milhões de euros para fortalecer cadeias produtivas sustentáveis da bioeconomia, com foco na Amazônia. A iniciativa foi anunciada nesta quarta-feira (11), durante a COP31, por meio de declaração conjunta da Cooperação Financeira Brasil–Alemanha.

Plataforma do MDIC

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou nesta terça-feira (10) duas plataformas digitais para facilitar o comércio exterior e a entrada de investimentos no país. A Conecta Brasil–União Europeia (UE) reúne informações para empresas interessadas em acessar o mercado europeu.

Dólar sobe 1,46%

O dólar disparou na terça (10), avançou para perto de R$ 5,60 e fechou no maior valor em mais de 15 meses. A moeda estadunidense subiu 1,46%, pressionada pela inflação acima do esperado nos Estados Unidos, que reforçou a perspectiva de juros mais altos na maior economia do planeta. No mercado acionário, o Ibovespa caiu 0,52%.

Petróleo recua

Os contratos futuros do petróleo fecharam em queda pela segunda vez consecutiva. Referência para as negociações internacionais, o barril do tipo Brent para janeiro recuou 1,17%, a US$ 91,49. Negociado nos Estados Unidos, o WTI para dezembro caiu 0,93%, para US$ 86,04 por barril. Os preços foram pressionados pela valorização do dólar.

Lucro de R$ 39,8 bilhões

A Petrobras atingiu lucro líquido de R$ 39,8 bilhões no 3º trimestre de 2026, que corresponde a alta de 21,5% na comparação com o mesmo período de 2025. O balanço divulgado pela companhia na terça (10) informa que o fluxo de caixa operacional alcançou R$ 61,8 bilhões (US$ 12 bilhões), um crescimento de 15% em doze meses.

Faturamento da indústria

O faturamento da indústria de transformação cresceu 0,8% em setembro, mas o resultado recupera apenas parte das perdas registradas nos dois meses anteriores. Em julho, o indicador caiu 2,1% e, em agosto, recuou 3,8%. Os dados são dos Indicadores Industriais, divulgados pela Confederação Nacional da Indústria na quarta-feira (11).

Setor de serviços

O setor de serviços, o que mais emprega na economia, variou -0,1% na passagem em setembro, na comparação com agosto. O resultado foi impactado negativamente principalmente pelas atividades de transportes e de informação e comunicação. O desempenho revela variação também de -0,1% em relação a setembro do ano passado.

PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL



No acumulado do ano, foram produzidos 2,420 milhões de autoveículos

Produção de veículos ultrapassa 250 mil unidades

Dados de outubro foram divulgados pela Anfavea nesta quarta-feira (11)

Da **Redação**

A produção de veículos no Brasil – automóveis, ônibus e caminhões – somou 254,5 mil unidades em outubro. O número representa 2,7% a mais do que em outubro de 2025. Na comparação com setembro, houve queda de 5,1%.

No acumulado do ano, foram produzidos 2,420 milhões de autoveículos, cerca de 180 mil unidades a mais do que no mesmo período do ano passado.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (11) pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Segundo o balanço, as vendas no mercado interno avançaram 1,8% em outubro deste ano ante o mesmo mês de 2025, alcançando os 265,5 mil autoveículos.

Na comparação com o mês anterior, houve queda de 5,6% nas vendas. No acumulado do ano, a alta foi de 16,1%, com 2,522 milhões de unidades comercializadas.

A Anfavea apurou que esse resultado foi puxado principalmente pelos automóveis e comerciais leves.

Os emplacamentos dessas categorias avançaram 17,3%, ao passar de 2,057 milhões para 2,412 milhões de unidades. Já o segmento de caminhões e ônibus recuou 4,4% (109,4 mil unidades).

A entidade, entretanto, demonstra preocupação com as exportações que apresentaram queda e as importações que subiram. Isso ampliou o desequilíbrio comercial e levou ao déficit de 157,6 mil unidades nos dez primeiros meses de 2026, após o superávit registrado no mesmo período de 2025.

Em outubro, os embarques de veículos para o exterior somaram 29,1 mil unidades, queda de 28,3%, na comparação com outubro de 2025. Em relação a setembro, a redução foi de 26,9%. No acumulado do ano, a queda chega a 23,5%, com 363,1 mil remessas.

Segundo a Anfavea, o desempenho reflete a perda de participação dos fabricantes instalados no Brasil nos mercados vizinhos, sobretudo para produtos provenientes da Ásia e do México. “A Argentina, historicamente o principal destino das exportações brasileiras, também enfrenta retração do mercado interno, o que afeta diretamente os embarques nacionais.”

Em outubro, 56,7 mil veículos foram importados, crescimento de 22,3% em relação ao mesmo mês de 2025.

Consulta de FGTS por bancos liga alerta

Nova ferramenta facilita acesso, mas levanta questões sobre privacidade

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



A novidade promete facilitar a comprovação de renda e a contratação de serviços financeiros

Da **Redação**

A Caixa Econômica Federal passou a permitir, desde terça-feira (10), que trabalhadores autorizem instituições financeiras a consultar informações do extrato do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A novidade promete facilitar a comprovação de renda e a contratação de serviços financeiros, mas também levanta um alerta jurídico: até que ponto os bancos poderão utilizar esses dados para oferecer empréstimos e avaliar o perfil dos consumidores?

Com o novo serviço, instituições financeiras habilitadas poderão acessar o histórico de depósitos do FGTS dos últimos 12 meses, desde que tenham autorização expressa do trabalhador. A permissão é gratuita, tem validade de 90 dias e pode ser cancelada a qualquer momento. O acesso não inclui o saldo total disponível na conta.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, especialista em Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, a mudança representa um avanço na digitalização dos serviços financeiros, mas exige atenção aos limites legais do compartilhamento de dados.

"A possibilidade de consultar o FGTS pode facilitar a análise de crédito e reduzir a burocracia. No entanto, o trabalhador precisa saber exatamente quais informações serão acessadas e como elas serão utilizadas. Autorizar uma consulta não significa permitir que o banco utilize esses dados indiscriminadamente", explica o especialista.

Uma das principais dúvidas envolve a possibilidade de instituições financeiras condicionarem a concessão de crédito ao compartilhamento do extrato.

Segundo Bruno Durão, a análise deve considerar o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estabelece regras para o tratamento de informações pessoais.

"O banco tem o direito de avaliar a capacidade de pagamento antes de conceder um empréstimo, mas isso não lhe dá liberdade para impor exigências abusivas. É necessário verificar se as informações solicitadas são realmente necessárias para aquela operação e se o consumidor recebeu explicações claras sobre o uso dos dados", afirma.

Embora a consulta possa auxiliar na comprovação de renda e vínculo empregatício, a nova ferramenta não estabelece, por si só, uma obrigação de compartilhamento para todos os trabalhadores que procuram crédito.

DADOS FINANCEIROS E RISCO DE SUPERENDIVIDAMENTO

Outro ponto de preocupação é a possibilidade de as informações serem utilizadas para ampliar a oferta de empréstimos a consumidores que já enfrentam dificuldades financeiras.

O histórico de depósitos do FGTS pode ajudar instituições financeiras a avaliar a regularidade da renda e o vínculo empregatício. Entretanto, a utilização dessas informações deve respeitar os princípios da finalidade, necessidade e transparência previstos na LGPD.

O especialista também destaca a importância da Lei do Superendividamento, que reforça a responsabilidade das instituições na concessão de crédito ao consumidor.

"Ter uma renda comprovada não significa necessariamente ter condições de assumir novas dívidas. O banco precisa avaliar a capacidade real de pagamento do cliente. A oferta excessiva de empréstimos, sem considerar o comprometimento da renda, pode agravar situações de superendividamento", alerta Bruno.

A legislação brasileira estabelece medidas para prevenir práticas abusivas e proteger consumidores em situação de vulnerabilidade financeira, especialmente quando o pagamento das dívidas compromete despesas essenciais.

Cenário prevê cobranças abusivas dos bancos

Da **Redação**

A perspectiva de juros elevados por um período prolongado aumenta a preocupação com o endividamento de famílias e empresas brasileiras. Após o Banco Central manter a taxa Selic em 13,75% ao ano, a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada nesta terça-feira (10), reforçou o alerta sobre a piora das expectativas de inflação e a necessidade de uma política monetária restritiva.

O cenário pode dificultar o acesso ao crédito, elevar o custo de novas operações de financiamento e tornar mais complexa a renegociação de dívidas. Especialistas alertam, porém, que a manutenção dos juros elevados não afasta as obrigações legais das instituições financeiras nem impede a contestação de cobranças abusivas.

Segundo Bruno Medeiros Durão, especialista em Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, é fundamental distinguir os efeitos legítimos da política monetária de eventuais irregularidades praticadas nas relações de crédito.

"O fato de a Selic permanecer elevada não significa que os bancos tenham liberdade para cobrar juros sem critérios. O consumidor precisa compreender quanto está pagando, quais encargos fazem parte da dívida e se as condições contratadas respeitam a legislação. Juros altos não tornam uma cobrança automaticamente abusiva, mas também não afastam o direito de questionar irregularidades", explica Bruno Durão.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Especialista explica quando consumidores podem questionar juros

A permanência de condições financeiras restritivas pode pressionar principalmente consumidores que dependem de cartão de crédito, cheque especial e empréstimos pessoais, além de empresas que utilizam financiamentos e capital de giro para manter suas atividades.

O problema se agrava quando novas operações de crédito são utilizadas para quitar dívidas anteriores, criando um ciclo de refinanciamento que pode comprometer parte crescente da renda familiar ou do faturamento empresarial.

Para Bruno, o risco não está apenas no percentual cobrado, mas também na falta de clareza sobre o custo total das operações.

"Muitas pessoas avaliam apenas o valor da parcela e não percebem o peso dos juros e demais encargos ao longo do contrato. Quando essa dívida começa a comprometer despesas essenciais, é necessário avaliar alternativas de renegociação e verificar se houve transparência na contratação", afirma.

O Código de Defesa do Consumidor estabelece regras de proteção contra práticas abusivas e exige informações adequadas sobre as condições de crédito.

Imposto do pecado pode afetar lucro de empresas

Reforma Tributária traz novas regras de cobrança e exige atenção

Da **Redação**

O chamado "imposto do pecado", oficialmente denominado Imposto Seletivo (IS), é um dos novos tributos previstos na Reforma Tributária brasileira. Os dois nomes se referem ao mesmo imposto, criado para incidir sobre determinados produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e veículos. Apesar de o debate público estar concentrado nos produtos que serão tributados, a nova cobrança levanta outra preocupação: os possíveis impactos sobre os preços, contratos comerciais e margens de lucro das empresas brasileiras.

A Medida Provisória nº 1.399/2026, publicada em 4 de novembro, estabeleceu regras transitórias para a cobrança do tributo em 2027, com início previsto para 2 de fevereiro. Embora a proposta do governo seja preservar a carga tributária durante a transição, a mudança no modelo de arrecadação poderá exigir adaptações na gestão financeira e nas estratégias comerciais das empresas.

Para o advogado tributarista Bruno Medeiros Durão, especialista em Recuperação de Tributos e Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, o principal desafio será compreender os efeitos da nova tributação antes que eles comprometam os resultados financeiros.

"O empresário não pode analisar essa mudança apenas pela alíquota anunciada. É necessário compreender como o novo imposto será calculado, quais operações estarão sujeitas à cobrança e como isso poderá afetar os custos da atividade. Uma empresa que não revisa seus números pode comprometer a margem de lucro mesmo sem perceber imediatamente o impacto da mudança tributária", explica Bruno.

GOVERNO DE SÃO PAULO/DIVULGAÇÃO



Especialista alerta para riscos jurídicos e econômicos da transição

CONTRATOS COMERCIAIS TAMBÉM EXIGEM ATENÇÃO

Outro ponto importante envolve os contratos entre fabricantes, fornecedores, distribuidores e estabelecimentos comerciais. A introdução do Imposto Seletivo e a reorganização gradual do sistema tributário poderão exigir a revisão de cláusulas contratuais relacionadas a preços, reajustes e responsabilidades tributárias, especialmente em contratos de fornecimento de longa duração.

Segundo Bruno Durão, o risco está em manter condições comerciais que não considerem adequadamente os efeitos da nova legislação.

"Imagine uma empresa que firma hoje um contrato de fornecimento para os próximos dois anos sem avaliar os efeitos da Reforma Tributária. Dependendo das cláusulas e das mudanças efetivas na tributação, ela poderá enfrentar dificuldades para absorver eventuais diferenças de custos. Por isso, revisar contratos e estabelecer mecanismos claros de reajuste é uma medida de segurança jurídica", afirma.

INCERTEZA SOBRE 2028 AMPLIA DESAFIOS PARA AS EMPRESAS

As regras anunciadas para 2027 possuem caráter transitório. A previsão é que o governo encaminhe ao Congresso Nacional uma proposta para definir as alíquotas aplicáveis a partir de 2028.

A perspectiva de novas definições tributárias exige atenção especial de empresas que trabalham com investimentos de longo prazo, grandes estoques e contratos comerciais que ultrapassam o período de transição.

Outro aspecto relevante é que o Imposto Seletivo apresenta uma sistemática de incidência única, sem geração ou aproveitamento de créditos do próprio imposto ao longo da cadeia econômica, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025.

Para Bruno, compreender essa particularidade será fundamental para evitar erros nas projeções financeiras e na apuração tributária.

Setor produtivo critica manutenção da Selic em 13,7%

Da **Redação**

A manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central foi alvo de críticas do setor produtivo. Entidades da indústria e do comércio apontam prejuízos à atividade econômica, ao crédito, aos investimentos e ao orçamento público. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) também criticou a decisão.

CNI COBRA REDUÇÃO

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) classificou a decisão como equivocada e excessivamente conservadora. Para a entidade, a manutenção dos juros elevados encarece o crédito, prejudica empresas e famílias e desacelera a economia.

O presidente da confederação, Ricardo Alban, defendeu a retomada dos cortes na próxima reunião do Copom, prevista para dezembro.

"É possível continuar diminuindo os juros em ritmo compatível com a convergência da inflação para a meta, sem impor à economia um custo maior do que o necessário para assegurar a estabilidade dos preços", afirmou.

A entidade também destacou o aumento do endividamento das famílias e a pressão sobre os custos de financiamento das empresas.

APAS APONTA IMPACTO

O economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Felipe Queiroz, afirmou que os juros elevados prejudicam comércio, serviços e indústria, além de limitar o consumo e os investimentos.

CNI



Entidades cobram retomada dos cortes e criticam impacto dos juros

"Está na hora de o Banco Central adotar uma política monetária que tanto controle a inflação quanto não prejudique o ritmo de atividade econômica", declarou.

Queiroz acrescentou que a taxa de juros é um impedimento ao crescimento econômico e citou a expectativa de expansão inferior a 2% neste ano. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criticaram a manutenção da Selic. Para a presidenta da Contraf-CUT e vice-presidente da CUT, Juvandia Moreira, a política monetária amplia o endividamento e compromete recursos públicos.

"Quanto mais alta a Selic, maior também será a dívida do Estado, com menos recursos sobrando para o que importa, como saúde, educação e segurança", afirmou.

A Força Sindical, por sua vez, classificou a decisão como "irracional, nefasta e desastrosa". O presidente da entidade, Miguel Torres, afirmou que os juros altos restringem o crédito, a produção e a geração de empregos.

CORREIO NACIONAL

PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL



Segundo IBGE, 11,5% das cidades têm iniciativas contra emissões

Três em cada quatro municípios sofreram impacto ambiental

De cada quatro municípios brasileiros, três sofreram impactos ambientais no intervalo de dois anos, como secas, alagamentos e deslizamentos. Esse dado representa 4.140 de um total de 5.571 cidades (74,3%).

A constatação faz parte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), divulgada nesta quarta-feira (11), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento foi realizado por meio de informações prestadas por prefeituras de todo o país, além do Distrito Federal e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (PE), e tem como referência o ano de 2025. Para quantificar o número de impactos ambientais, o IBGE levou em consideração ocorrências acontecidas nos 24 meses anteriores à coleta de dados.

A última vez em que o IBGE tinha coletado esse tipo de dado foi em 2020.

Potencial para combustíveis sintéticos

O Brasil é o segundo país mais bem posicionado do mundo na corrida pela produção de combustíveis sintéticos, que podem ser renováveis e menos poluentes.

É o que defende o estudo Combustíveis Sintéticos (e-Fuels) – Um dos vetores para a descarbonização do transporte, que será lançado nesta sexta-feira (13) pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), em Antália, na Turquia, durante a 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31).

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



CNT mapeou 8 projetos que buscam substitutos menos poluentes

Proteção das cidades costeiras brasileiras

A proteção das cidades costeiras brasileiras por meio da conservação e restauração dos ecossistemas naturais pode ser até 62% mais econômica do que investir em obras de engenharia convencional. Soluções baseadas na natureza, como a recuperação de restingas, dunas, manguezais e recifes de corais, ajudam a reduzir os impactos da erosão costeira, da elevação do nível do mar e das inundações. A conclusão é do estudo Oceano sem Mistérios, Infraestrutura da natureza: análise econômica da proteção costeira no Brasil.

COP31 orienta indígenas sobre fundo florestal

Uma cartilha sobre o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), com foco nos povos indígenas e comunidades locais, será lançada durante a 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31), sediada pela Turquia.

A iniciativa, do Instituto Clima e Sociedade (iCS), terá versões em português e inglês.

Altas habilidades

O Ministério da Educação homologou na terça (10) um parecer do Conselho Nacional de Educação que estabelece novas orientações para o atendimento pedagógico de estudantes com altas habilidades/superdotação. Aprovado pelo Conselho Pleno do CNE em agosto, o parecer atualiza diretrizes que estavam em vigor desde 2023

Fake news

Uma pesquisa do Instituto Ideia mostra que 63,4% dos brasileiros afirmam encontrar informações falsas, as fake news, na internet com frequência. O dado foi divulgado nesta terça-feira (10) e faz parte de levantamento feito sob encomenda da Fundação Friedrich Naumann (FNF), do Centro de Liderança Pública (CLP) e da Oficina Consultoria.

Concurso da Transpetro

A Transpetro, empresa subsidiária de logística da Petrobras, informou que aumentou de 33 para 52 o número de cidades que vão receber candidatos para fazer provas do concurso público de seleção de novos funcionários.

A mudança ocorre nos estados da Bahia, do Espírito Santo, Rio de Janeiro e de São Paulo.

Projeto nas escolas

Organizações do movimento negro lançaram, na quarta-feira (11), em Brasília, um pacote de seis projetos de leis para fortalecer a educação antirracista nas escolas brasileiras. O objetivo é aprovar os PLs nas câmaras de vereadores e nas assembleias legislativas de todo o país. Entre os projetos, estão o de criação da Política de Educação Antirracista

Restos mortais I

Restos mortais de duas pessoas escravizadas retirados do Brasil no Século 19 foram repatriados para o país. Os remanescentes permaneceram por 150 anos sob a guarda de instituições vinculadas à Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Um dos remanescentes é atribuído a uma mulher adulta de ascendência africana.

Restos mortais II

O outro pertence a um homem africano escravizado, de origem nagô, que teria participado da Revolta dos Malês, em Salvador, em janeiro de 1835.

De acordo com registros históricos e documentais, o homem repatriado teria sido ferido durante a insurreição e morrido no antigo Hospital de Jerusalém, em Salvador.

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL



A situação de risco foi reconhecida pela União em 974 municípios

El Niño: apenas 284 municípios têm planos de contingência

Plataforma mostra como está a resposta ao fenômeno climático

Da **Redação**

Uma plataforma lançada nesta quarta-feira (11) reúne dados sobre como o Brasil está se antecipando e respondendo ao El Niño, fenômeno climático que intensifica secas, ondas de calor, chuvas e inundações em todo o planeta. Um dos indicadores disponíveis é o de que apenas 284 dos 5.571 municípios têm planos de contingência disponíveis publicamente.

O Monitor de Antecipação e Resposta ao El Niño (MARÉ) foi criado pela cientista climática Patricia Ferrini Rodrigues, doutora em Ciências Atmosféricas pela Universidade de São Paulo, e desenvolvido pelo Futura Evidence Lab, com parceria do Instituto Ar.

Desde 29 de junho, quando o governo federal divulgou o primeiro boletim de alerta sobre o fenômeno, 1.093 municípios, 19,6% do total, registraram decretos de situação de emergência ou calamidade pública. Neles, vivem 38,9 milhões de pessoas. A situação foi reconhecida pela União em 974 municípios.

O MARÉ também registra R$ 1,31 bilhão em recursos anunciados por meio de medidas provisórias federais e atos estaduais. O monitor diferencia valores anunciados, autorizados e desembolsados, que são etapas distintas da execução dos recursos. A pesquisadora responsável, no entanto, lembra que outros fatores precisam ser considerados para uma análise crítica das políticas públicas.

"Os decretos são necessários quando os danos acontecem, inclusive para viabilizar o acesso aos recursos, mas precisamos avaliar também quais instrumentos de planejamento estavam disponíveis antes da emergência", diz Patrícia.

Outro dado disponível é o de planos estaduais que incluem riscos relacionados a arboviroses, calor, qualidade da água e fumaça de incêndios. A seca e o fogo intensificados pelo El Niño podem trazer doenças respiratórias. A chuva forte favorece casos de leptospirose, diarreia e hepatite A. O calor agrava doenças cardíacas e renais, sobretudo em idosos e crianças. Dengue e chikungunya aparecem nos três cenários.

A ferramenta reúne esses indicadores epidemiológicos, mas não estabelece relação causal automática com o El Niño. Esse tipo de análise precisa ser feita por outras metodologias, explica a médica patologista e diretora do Instituto Ar, Evangelina Araújo.

CORREIO CENTRO-OESTE

DIVULGAÇÃO/ARTHUR MONTEIRO



Em 2025, as chamas consumiram 77 mil hectares de Cerrado

GO: filme mostra o combate a incêndios na Chapada dos Veadeiros

O documentário "Tudo Que Você Ama Está Prestes a Desmoronar", dirigido por Isaac Brum, será lançado gratuitamente no próximo dia 22, às 19h, no Multicine do Bentivi Shopping, em Goiânia (GO), durante o IV Festival Internacional de Cinema de Goiânia (GIFF). Filmada em 2025, a produção acompanha brigadistas voluntários no combate aos incêndios em Cavalcante (GO), na Chapada dos Veadeiros, e registra a atuação da Brigada Voluntária de São Jorge e da Brigada Voluntária de Cavalcante (Brivac). Naquele ano, o fogo atingiu mais de 77 mil hectares de Cerrado, incluindo áreas do território quilombola Kalunga e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. O combate mobilizou mais de 200 pessoas, entre brigadistas, bombeiros e voluntários. O filme aborda os impactos dos incêndios sobre o ambiente e as comunidades e a relação dos brigadistas com o território que ajudam a proteger.

Encontro internacional de hospitais no HUB

O Hospital Universitário de Brasília, vinculado à Universidade de Brasília (HUB-UnB), realizará hoje (12) e amanhã (13) a Conferência Internacional de Hospitais Públicos Universitários nas Américas. O encontro é promovido pela rede HU Brasil e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), ligada à Organização Mundial da Saúde (OMS), com o objetivo de ampliar a cooperação entre instituições das Américas, Europa e Ásia e promover a troca de experiências em assistência, ensino, pesquisa e inovação.

BETO MONTEIRO/SECOM UNB



A agenda inclui debates sobre integração aos sistemas de saúde

Samu-DF treina servidores para uso de motolâncias

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Distrito Federal (Samu-DF) capacita nove profissionais de enfermagem para atuar nas motolâncias. O curso termina amanhã (13) e inclui exercícios de habilidade, equilíbrio e velocidade. Os participantes já trabalham no órgão, mas em outras funções. Nas ocorrências, os motociclistas atuam em duplas e prestam o primeiro atendimento, com desfibrilador externo automático, talas de imobilização e medicamentos. Depois, eles farão treinamentos a cada dois meses, com exercícios mais complexos.

DPDF divulga alterações em edital de concurso

A Defensoria Pública do Distrito Federal publicou alterações no edital do concurso para analista de apoio à assistência judiciária. O Edital nº 2 detalha a ordem de preenchimento das vagas reservadas a pessoas com deficiência, pessoas negras e pessoas hipossuficientes. A partir de 26 de dezembro, laudos de diabetes tipo 1 terão validade indeterminada, sem garantir enquadramento automático como pessoa com deficiência.

Feirão de empregos

Mais de 2,5 mil vagas de trabalho serão oferecidas hoje (11) e amanhã (12) no Feirão de Empregos de Goiânia (GO), com salários de até R$ 2,7 mil. O evento reúne oportunidades nos setores de hotelaria, comércio e serviços, para pessoas com ou sem experiência. Sete empresas farão entrevistas das 8h às 17h, na Central Mais Empregos.

MPMT investiga prefeito

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) cumpriu ontem (11) 77 ordens judiciais na Operação Civitas Direpta, que apura suspeitas de fraude em licitações na prefeitura de Rondolândia (MT). O caso envolve o prefeito José Guedes de Souza (MDB), servidores e empresários, e teria causado prejuízo de aproximadamente R$ 9 milhões.

Dependentes PcD

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul aprovou o Projeto de Lei 134/26, que altera o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do estado. A proposta amplia o auxílio-educação para dependentes com autismo ou deficiência mental e permite reduzir a jornada, sem desconto salarial, a servidores responsáveis por pessoas com deficiência.

Idosa é presa em flagrante

Uma idosa foi presa ao tentar sacar, em uma agência do Banco Itaú, valores de um Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa (BPC) fraudulento, em Aparecida de Goiânia (GO). Foram apreendidos uma Carteira de Trabalho e Previdência Social, um CPF possivelmente fictício e uma cópia de cartão bancário, evitando um prejuízo de R$ 3 mil.

Retirada de pórtico

O pórtico instalado na entrada do Complexo Turístico Sesc Salgadeira, na rodovia MT-251, entre Cuiabá (MT) e Chapada dos Guimarães (MT), será retirado amanhã (13). A medida ocorre após dúvidas sobre impactos na paisagem e possíveis irregularidades ambientais, que levaram o Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) a apurar o caso.

CEP para Todos

Quase 17 mil moradores de 31 favelas e comunidades em oito municípios de Mato Grosso do Sul receberam endereços oficiais pelo programa CEP para Todos. A iniciativa do Ministério das Comunicações e do Ministério das Cidades, com os Correios, facilita o recebimento de correspondências e encomendas e o acesso a serviços que exigem CEP.

DIVULGAÇÃO/TCDF



A Terracap deverá restabelecer concessão para a implantação do parque

TCDF determina a retomada de parque no Zoo de Brasília

Projeto previa montanhas-russas e lazer interativo em área de 48 hectares

Por **Mateus Lincoln**

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou que a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) restabeleça, por 30 anos, a concessão para implantar e explorar parque temático no Zoológico de Brasília.

A Corte considerou irregular o cancelamento unilateral do contrato em 2022 e exigiu as melhorias previstas.

A Terracap deverá apresentar, em até 30 dias, os documentos que comprovem as medidas adotadas para cumprir a decisão. Também terá de exigir da concessionária um cronograma de investimentos com etapas e prazos, a ser enviado ao Tribunal em até 180 dias após a empresa assumir a posse da área.

As contrapartidas incluem clínica veterinária, cozinha para alimentação dos animais, biotério, centro de reprodução do lobo-guará e estruturas de apoio. A retomada não dispensa autorizações nem regras legais, ambientais, urbanísticas e técnicas. O projeto seguirá sob fiscalização dos órgãos responsáveis.

Em nota à reportagem, a Terracap informou que foi notificada e analisará os apontamentos. A companhia afirmou que apresentará as manifestações cabíveis nos prazos estabelecidos e adotará as providências para cumprir a determinação do TCDF.

Firmado em 1997 com a TH Engenharia e Comércio Ltda., o contrato tinha prazo de 30 anos e previa construção, implantação, operação e exploração de parque em cerca de 48 hectares. As atrações incluiriam montanhas-russas, "elevador que despenca" e lazer interativo. A proposta não foi implantada por entraves de posse e acesso.

Em 1998, partes do terreno estavam ocupadas por terceiros. Depois, houve alterações na concessão, decisões administrativas, pedidos de acesso e posse e ações judiciais sobre o uso da área.

Ao cancelar o contrato em 2022, a Terracap alegou demora na implantação e mudança na missão do Zoológico, voltada à conservação da biodiversidade, ao bem-estar animal, à pesquisa científica e à educação ambiental.

O TCDF concluiu que não foi comprovada a responsabilidade da concessionária pelo atraso. Segundo a análise, a empresa adotou medidas administrativas e judiciais para viabilizar o parque. A Terracap reconheceu que o acesso ao terreno era necessário para cumprir as obrigações

BRB pede responsabilização de 7 ex-gestores

Banco cobra a antiga administração por prejuízos no Master e pede o ressarcimento de recursos

O Banco de Brasília (BRB) informou ter protocolado uma iniciativa de responsabilidade civil contra sete ex-administradores. Segundo a Agência Brasília, a medida foi autorizada pelos acionistas em assembleia geral extraordinária e envolve prejuízos associados a operações com o ecossistema Master/Reag.

Respondem ao processo Paulo Henrique Bezerra Costa, Cristiane Maria Lima Bukowitz, Dario Oswaldo Garcia Júnior, Luana de Andrade Ribeiro, Diogo Ilário Oliveira, José Maria Correa Dias Junior e Marcelo Talarico.

O BRB pede que os acusados sejam responsabilizados por atos praticados no âmbito das operações citadas e que os valores correspondentes aos danos sejam ressarcidos.

De acordo com o banco, a iniciativa tem como base apurações internas, além de documentos e informações encaminhados às autoridades.

O pedido foi apresentado para recompor o patrimônio do BRB e proteger os interesses dos acionistas. A instituição não detalhou, no comunicado, o valor dos prejuízos apontados nem informou o andamento do processo.

A atual gestão afirma ter adotado outras medidas desde a identificação dos fatos. Entre elas estão a substituição integral da diretoria executiva, a revisão de estruturas e processos de controle e o reforço dos mecanismos de governança e conformidade.

Também foram implementadas medidas para ampliar a supervisão das operações e a gestão de riscos.

O processo integra o conjunto de iniciativas do banco para apurar as circunstâncias das operações, buscar a responsabilização de pessoas que tenham praticado irregularidades e recuperar recursos. A responsabilização dos ex-gestores dependerá da análise judicial. A apresentação do pedido não representa, por si só, uma decisão sobre a conduta ou sobre eventual dever de ressarcimento.



BRASILIANAS

POR **WILLIAM FRANÇA**

DIVULGAÇÃO



O trem urbano é previsto para ligar Luziânia à Rodoferroviária

Cronograma do trem Luziânia-DF ainda divide governo e ANTT

Anunciado na recente campanha eleitoral pelo governo federal como uma alternativa para reduzir a dependência dos ônibus entre o Entorno Sul e Brasília, o projeto do trem que pretende ligar Luziânia ao DF voltou ao centro das discussões nesta semana após o Ministério dos Transportes divulgar um cronograma prevendo o lançamento do chamamento público em fevereiro de 2027 e a realização do leilão dois meses depois, em abril. O calendário, porém, não é tratado como definitivo pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Embora a pasta já trabalhe com parâmetros preliminares para a futura operação, incluindo uma linha de 60 quilômetros e o reaproveitamento de infraestrutura ferroviária existente, a agência reguladora afirma que o empreendimento continua em fase inicial de análise. Segundo a ANTT, ainda não há definições consolidadas sobre pontos considerados essenciais para a modelagem do projeto, entre eles o valor total do investimento, o traçado definitivo da ferrovia e a localização das estações de embarque e desembarque. A diferença de posicionamento evidencia os distintos momentos do projeto dentro do próprio governo federal. Nos bastidores, também seguem pendências relacionadas à devolução de trechos da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).

Projetos distintos usam trilhos diferentes

O avanço recente das discussões sobre transporte ferroviário no Entorno acabou aproximando, no debate público, dois projetos que possuem características bastante diferentes. O trem previsto para ligar Brasília a Luziânia foi concebido para atender deslocamentos diários de moradores do Entorno Sul que trabalham ou estudam na capital federal. A proposta utiliza como base uma malha ferroviária já existente e aposta em viagens frequentes para atender a demanda pendular da região. Já o Expresso Pequi, que voltou às manchetes esta semana, segue lógica completamente diferente. O projeto protocolado na ANTT prevê uma nova ferrovia ligando o DF a Goiânia por meio do eixo da BR-060, passando por cidades como Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia e Anápolis. O Expresso Pequi foi desenhado para conectar grandes centros urbanos em percursos mais longos. A diferença também aparece na infraestrutura proposta. Um empreendimento aproveita corredores ferroviários existentes; o outro depende da construção integral de uma nova ferrovia eletrificada.

DIVULGAÇÃO



A adaptação atualiza diálogos e situações do original do século XIX

Ópera 'Rita' revisita relações de poder

Uma ópera escrita há quase dois séculos ganha nova leitura nos palcos de Brasília. Entre os dias 13 e 15 de novembro (de sexta a domingo), o Teatro Brasília Shopping recebe a montagem de 'Rita', obra do compositor italiano Gaetano Donizetti, em versão adaptada para o português pela soprano Janette Dornellas. A produção propõe uma abordagem contemporânea para uma trama originalmente construída como comédia, colocando em destaque temas como violência doméstica, relações de poder e emancipação feminina. A direção cênica é de Élia Cavalcante. A adaptação também atualiza diálogos e situações presentes na obra original do século XIX, preservando sua característica cômica, mas adequando passagens consideradas incompatíveis com a sensibilidade contemporânea. No elenco estão a mezzo-soprano Carol Araujo, o tenor Daniel Menezes e o baixo Diego Silveira, acompanhados por uma orquestra sob regência do maestro Deyvison Miranda e produzido pelo Instituto Cultural Janette Dornellas.

Projeto Eixo: Arte ocupa coração do SCS

O Setor Comercial Sul ganhará uma nova etapa de ocupação cultural a partir de 17 de novembro. O projeto Eixo, mantido pelo Instituto Janelas da Arte, Cidadania e Sustentabilidade em parceria com o Instituto Cultural e Social No Setor, inicia sua frente de formação artística com cursos gratuitos voltados à produção criativa e à experimentação. A iniciativa funciona na quadra 5 do SCS e integra um plano de atividades que pretende permanecer na região até 2028, combinando cultura, economia criativa e sustentabilidade. As primeiras turmas serão de pintura em aquarela e de fotografia e vídeo com celular, cada uma com 25 vagas para participantes a partir de 16 anos. A proposta é criar oportunidades de qualificação em uma área que concentra desafios sociais e urbanos, ampliando o acesso à formação cultural em um dos espaços mais tradicionais do centro de Brasília. Desde setembro, o projeto já realizou oficinas, workshops e cursos técnicos ligados à produção cultural. A programação futura prevê novas capacitações, exposições, feiras, apresentações e intervenções urbanas.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Em 2018, um viaduto no Eixão Sul, desabou na Galeria dos Estados

Novacap tem só um servidor para fiscalizar 240 obras no DF

CTMU pede que o MPDFT apure se o GDF tem capacidade para monitorar

Por **Mateus Lincoln**

O deputado distrital Max Maciel (Psol), presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana (CTMU) da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), apresentou ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) uma representação para apurar as condições de manutenção das Obras de Arte Especiais (OAEs), que reúne pontes e viadutos.

De acordo com um levantamento do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF), sete das 240 obras apresentam níveis críticos quanto à avaliação estrutural.

À CTMU, o órgão respondeu que os locais não estão sob a sua circunscrição e atribuiu a responsabilidade à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) e à Administração Regional do Plano Piloto.

A Administração do Plano Piloto listou sete processos de vistoria e reparos, mas não tem datas de inspeções, periodicidade fixa ou dados conclusivos sobre a segurança.

Em ofício enviado à CTMU, a Novacap declarou não ser titular das obras nem responsável direto pela manutenção, mas realiza inspeções e apoio. Segundo o documento, somente um profissional está disponível para inspecionar as 240 OAEs. Além disso, a meta de realizar inspeções a cada dois anos não é cumprida em todas as estruturas e as avaliações são apenas visuais. A companhia apontou falta de orçamento garantido.

"Os episódios já registrados no DF, como o desabamento de um viaduto na Galeria dos Estados em 2018, que soterrou carros e um restaurante, além de outros problemas decorrentes da falta de manutenção, reforçam a necessidade de fiscalização para garantir a segurança da população", afirmou Maciel.

Questionada pela reportagem sobre algumas estruturas próximas à Rodoviária, que apresentam níveis críticos quanto aos aspectos estruturais, a Administração do Plano Piloto respondeu que "não possui contratos específicos para a manutenção das estruturas mencionadas, uma vez que essas atribuições são de responsabilidade dos órgãos competentes".

Já a Novacap afirmou, em nota, que não foi formalmente demandada pela CTMU para comentar o ofício e acrescentou que "permanece à disposição para prestar as informações pertinentes, observadas suas competências".

CORREIO FLUMINENSE

POR **MARCELO PERILLIER**

MARCELO REGUA



Ricardo Couto destacou que acompanhará as demandas dos municípios

Estado anuncia investimento de R$ 30 milhões para o Limpa Rio

O governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, anunciou o investimento de R$ 30 milhões no programa Limpa Rio, para intensificar as ações preventivas contra enchentes na Região Metropolitana. A destinação dos recursos foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, em reunião realizada na sede do Instituto Rio Metrópole, no Centro do Rio, com a participação de prefeitos, representantes da Secretaria da Casa Civil e da diretoria do órgão. Durante a reunião, também foram discutidas prioridades nas áreas de saneamento e desenvolvimento regional, como o acompanhamento das metas das concessionárias, o fortalecimento do abastecimento de água e a melhoria da destinação dos resíduos urbanos. Outro destaque foi o avanço das ações de macrodrenagem previstas no Projeto Iguaçu, com foco na integração entre Estado e municípios para reduzir riscos de alagamentos e ampliar a resiliência das cidades diante dos desafios climáticos.

Integração dos transportes metropolitanos

O encontro foi marcado também pela apresentação da nova Agenda Metropolitana, documento elaborado pela equipe técnica do instituto, a partir de estudos e planos estratégicos. Na área de mobilidade, o principal avanço debatido foi a proposta de integração dos modais de transporte por meio de um bilhete efetivamente único, que permitirá ao passageiro utilizar diferentes meios com a mesma passagem, dependendo agora da cooperação entre órgãos e operadoras.

MARCELO REGUA



Encontro teve presença de prefeitos, secretários e diretores do órgão

Trens, barcas e metrô também no radar

A agenda apresentada também validou diretrizes estruturais para a malha de transportes fluminense. O planejamento incluiu a elaboração de projetos de expansão das linhas 2, 3 e 4 do metrô, além do desenvolvimento de estudos técnicos voltados para a reestruturação dos trens metropolitanos e do sistema de barcas. Entre os principais objetivos operacionais estabelecidos, foi destacada a meta de redução gradual dos intervalos dos trens para o patamar de oito a dez minutos, o que será viabilizado mediante melhorias operacionais contínuas e novos investimentos da gestão pública e concessionárias.

Balanço de auditorias e contratos

Durante o encontro, o Governo do Estado também apresentou um balanço das auditorias de contratos e detalhou as providências adotadas em relação às obras e serviços que haviam sido interrompidos no âmbito do instituto. De um universo de 60 contratações, 20 de maior relevância, risco e complexidade foram priorizadas para análise, resultando na conclusão de 13 relatórios que abrangem cerca de R$ 506 milhões em contratos, incluindo obras, serviços de engenharia, tecnologia e o Centro de Controle Operacional.

Pedido de socorro

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou, nesta terça-feira (10), o Projeto de Lei 7.256/26, de autoria do deputado Guilherme Delaroli (PL), que institui o Programa Estadual de Conscientização e Divulgação de Sinais Não Verbais Reconhecidos como Pedido de Socorro, de caráter educativo e preventivo.

Mudança em lei

Durante a reunião, os parlamentares decidiram incorporar a proposta à Lei Estadual 9.201/21, que criou o Programa de Cooperação e o Código “Sinal Vermelho”. A norma já prevê formas de pedido de ajuda para mulheres em situação de violência, sobretudo doméstica e familiar. Com a alteração, idosos, crianças e adolescentes também passam a contar com esses sinais.

Discussão em plenário

Entre os gestos previstos está o “Sinal de socorro”, reconhecido internacionalmente, no qual a palma da mão aberta é voltada para frente, com o polegar dobrado para dentro e os demais dedos fechados sobre ele. Com a aprovação na comissão, o projeto de lei será submetido à análise dos deputados estaduais em plenário.

Modernização tecnológica

A população do Rio poderá contar com serviços públicos digitais mais eficientes e estáveis a partir da modernização da infraestrutura tecnológica do Governo. A iniciativa prevê a contratação de soluções de armazenamento e proteção de dados, incluindo equipamentos, softwares, treinamento, manutenção e atualização por 60 meses.

Estabilidade dos serviços

Coordenada pelo Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro, o pacote fortalece os mecanismos de recuperação de dados em caso de falhas e prepara os sistemas públicos para acompanhar o crescimento da demanda por serviços digitais.

Contratação sob demanda

A contratação será viabilizada por meio de ata de registro de preços, com valor total registrado de R$ 161.797.030,00. O instrumento permite reunir demandas semelhantes em um único processo, evitando que cada órgão realize uma licitação independente para contratar soluções do mesmo tipo. A contratação compartilhada favorece ganhos de escala e melhores condições comerciais, gerando economia para os cofres públicos.

FABIANO VENEZA/SEAS



A ampliação considera os impactos das chuvas na qualidade da água do mar

Inea amplia divulgação dos boletins de balneabilidade

Documentos sobre as praias passam a ser divulgados duas vezes por semana

Da **Redação**

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) passou a divulgar duas vezes por semana os boletins de balneabilidade das praias das Zonas Sul e Sudoeste do Rio de Janeiro. A partir desta semana, as atualizações, que antes eram semanais, serão publicadas às terças e sextas-feiras. A medida busca reforçar o acompanhamento da qualidade da água e oferecer informações mais frequentes aos banhistas, especialmente durante a alta temporada e os períodos de chuvas intensas.

A mudança leva em consideração os efeitos das precipitações sobre as condições do mar. Em outubro, a capital fluminense registrou o mês mais chuvoso desde o início da série histórica do Alerta Rio, em 1997. Durante temporais, a água que escoa pelas ruas e redes de drenagem pode transportar lixo, esgoto e outros resíduos para o litoral, comprometendo temporariamente a qualidade da água. Os impactos tendem a ser mais expressivos em áreas próximas à foz de rios e à saída de galerias pluviais.

Com a aproximação do verão e das férias, período em que aumenta o movimento de moradores e turistas nas praias, a divulgação mais frequente dos resultados permite que a população acompanhe as condições dos locais de banho e escolha os trechos mais adequados para aproveitar o mar.

Os dados estão disponíveis no Sistema Estadual de Recursos Hídricos, desenvolvido pela Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental do Inea (Dirseq). O órgão recomenda evitar o banho de mar nas primeiras 24 horas após chuvas fortes, sobretudo nas proximidades de galerias pluviais, canais de drenagem e desembocaduras de rios.

Também é importante observar a classificação dos trechos considerados impróprios para banho, que podem apresentar concentrações elevadas de bactérias e outros microrganismos capazes de provocar problemas de saúde.

O monitoramento da balneabilidade é realizado regularmente pelo Inea em todo o litoral fluminense. Atualmente, o programa contempla 291 pontos de coleta em 201 praias de 22 municípios. Os resultados são publicados nos Boletins de Balneabilidade das Praias, que orientam a população sobre as condições da água para recreação.

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Tarcísio convenceu Salles a desistir da disputa pelo Senado

Tarcísio confirma Ricardo Salles na Secretaria da Justiça a partir de 2027

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), confirmou nesta quarta-feira (11) que o deputado federal Ricardo Salles (Novo-SP) assumirá a Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania em janeiro de 2027, no início do segundo mandato. Ex-ministro do Meio Ambiente no governo Jair Bolsonaro, Salles substituirá Arthur Lima. A pasta é responsável por órgãos como a Fundação Casa e o Procon-SP, além da articulação com o Judiciário. A escolha ocorre após Salles desistir da disputa pelo Senado nas eleições de outubro para apoiar André do Prado (PL) e Guilherme Derrite (PP), ambos eleitos. O deputado já comandou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente durante a gestão de Geraldo Alckmin. Salles também responde a uma ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF), relacionada a suspeitas de comércio ilegal de madeira. Ele nega irregularidades.

Outros cinco secretários foram confirmados

Além de Salles, Tarcísio também anunciou nesta quarta-feira (11) Marcos Guerson, atual superintendente do Ipem-SP, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, substituindo Jorge Lima. Anderson Ribeiro Correia, presidente do IPT, assumirá Ciência, Tecnologia e Inovação. Para o segundo mandato, a partir de janeiro de 2027, o governador confirmou ainda a permanência de Nerylson Lima na Casa Civil, Geraldo Melo Filho na Agricultura e Abastecimento e Marília Marton na Cultura, Economia e Indústria Criativas.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Marcos Guerson, Anderson Ribeiro, Nerylson, Geraldo Mello e Marília

Russomanno propõe limitar juros e multas

O deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP) apresentou na quarta-feira (11) parecer favorável a dois projetos que limitam juros e multas por atraso em operações de crédito. O texto, em análise na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, proíbe multas por inadimplência para pessoas físicas, limita encargos e obriga instituições financeiras a oferecer renegociação de dívidas, com prazo de pagamento de até o dobro do original. As medidas valeriam apenas para contratos firmados após a vigência da lei.

Exploração de publicidade no Metro

O Metrô de São Paulo prorrogou até 26 de abril de 2027 o contrato com a Ralmídia Ltda., responsável pela exploração comercial de espaços em estações. O nono aditivo, publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (11), também altera a remuneração mensal e acrescenta R$ 78.503,70 ao valor contratual, na data-base de fevereiro de 2017. O extrato não informa o valor total atualizado do contrato.

Agenda de Tarcísio

O governador Tarcísio de Freitas cumpre agenda nesta quinta-feira (12) em três cidades paulistas. Às 10h, participa do lançamento da pedra fundamental do Hospital Estadual de Campinas. Às 14h30, entrega moradias do Programa Vida Longa e inaugura melhorias viárias em Mogi Guaçu. Às 18h, encerra o AMPPESP Fomenta, em Águas de São Pedro.

Empréstimos de R$ 3,16 bi

O Ministério da Fazenda autorizou garantias da União para empréstimos de R$ 3,16 bilhões ao governo paulista. Do total, R$ 2,22 bilhões serão destinados à expansão da Linha 4-Amarela do Metrô e R$ 942,2 milhões a obras no Rodoanel. Os financiamentos serão contratados com o Banco do Brasil e ainda dependem de formalização.

Proteção às Farmácias

Projeto de lei do deputado estadual Dr. Eduardo Nóbrega (MDB) cria a política estadual Farmácia Segura, para prevenir roubos, furtos e comércio ilegal de medicamentos em SP, incluindo canetas emagrecedoras. A proposta prevê levantamento de crimes, ações preventivas, orientação aos trabalhadores e cooperação entre órgãos públicos e setor farmacêutico.

Faculdade de Medicina

A Assembleia Legislativa de São Paulo abriu, na terça-feira (10), uma exposição pelos 40 anos da Fundação Faculdade de Medicina (FFM). A mostra reúne 20 painéis sobre a trajetória da entidade, que apoia a Faculdade de Medicina da USP e o Hospital das Clínicas. A visitação é gratuita e segue até 20 de novembro, no Espaço V Centenário da Alesp.

Recursos do Fehidro

O Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO) prorrogou até 30/abril/2027 o prazo para liberar a primeira parcela de recursos destinados a projetos financiados pelo fundo. Os responsáveis deverão apresentar a documentação das licitações até 28/fevereiro. O descumprimento dos prazos poderá cancelar os projetos.

Emendas para Saúde

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo autorizou o repasse de R$ 12 milhões em emendas parlamentares federais para hospitais e instituições vinculadas ao SUS. Os recursos poderão financiar manutenção de serviços, compra de equipamentos e obras. A resolução publicada na quarta(11) estabelece regras de fiscalização e prestação de contas.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Controladoria poderá investigar patrimônio incompatível com a renda

Governo de SP poderá investigar 'ostentação' de servidores

Resolução publicada pela Controladoria servirá para apurar enriquecimento ilícito

Por **Andre Souza**

Publicações nas redes sociais que exibam sinais de riqueza poderão servir de indício para investigar o patrimônio de servidores públicos estaduais em São Paulo. A previsão consta da Resolução CGE nº 025/2026, publicada no Diário Oficial de terça-feira (10), que regulamenta a apuração de possíveis casos de enriquecimento ilícito.

O texto cita expressamente a "ostentação em redes sociais" entre os elementos que podem embasar denúncias. Também menciona sinais exteriores de riqueza e origem duvidosa de recursos. Para que a suspeita seja examinada, a comunicação deverá apresentar elementos mínimos de incompatibilidade entre o patrimônio e os rendimentos do agente público. Uma postagem, por si só, não comprova irregularidade. A Controladoria Geral do Estado (CGE) poderá instaurar procedimentos por determinação do governador, a partir de denúncias recebidas pela Ouvidoria ou de representações encaminhadas diretamente ao órgão. A própria Controladoria também poderá agir diante de indícios identificados em suas análises.

Para verificar a evolução patrimonial, órgãos estaduais deverão viabilizar o acesso ou a transferência à CGE das declarações de Imposto de Renda dos últimos cinco anos. A medida abrange documentos apresentados na posse e atualizações anuais de servidores, empregados públicos e ocupantes de cargos em comissão. Os dados deverão permanecer protegidos por sigilo fiscal e pelas regras de proteção de informações pessoais.

A apuração preliminar terá caráter sigiloso e não punitivo. O prazo inicial é de 30 dias, com possibilidade de prorrogação, em regra, até o limite de 180 dias. Se forem necessários esclarecimentos adicionais, o investigado poderá ser notificado para apresentar informações em dez dias.

Ao final, a CGE poderá arquivar o caso ou recomendar a abertura de processo administrativo disciplinar ou procedimento sancionatório. A resolução detalha a aplicação de um decreto estadual de novembro de 2025.

O Correio da Manhã procurou a Controladoria Geral do Estado na terça-feira (10) para perguntar o que motivou a regulamentação, como serão avaliadas as publicações nas redes sociais e quantas apurações patrimoniais foram realizadas em 2025 e 2026. Até o fechamento desta edição, não houve resposta. O espaço segue aberto para manifestação.

CORREIO NORDESTE

WESLEY FERREIRA



Aos 14 anos, Lilia Fernanda conquista medalha de bronze

Estudante de Alagoas conquista bronze em olimpíada

Lilia Fernanda, de 14 anos, estudante do 9º ano do Colégio Tiradentes Agreste, em Alagoas, conquistou o 3º lugar na edição 2026 da Olimpíada Pan-Americana de Matemática para Meninas, realizada de 18 a 24 de outubro, em Bucaramanga, na Colômbia. Moradora de Limoeiro de Anadia, a aluna soma mais de 40 medalhas em competições estaduais e nacionais. Ela ingressou no CPM Agreste no 6º ano e começou a participar da Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas no 5º ano. O desempenho levou a estudante ao Programa Especial de Treinamento Internacional, projeto da Universidade Federal de Alagoas, que oferece preparação para competições e mentoria. Depois da disputa na Colômbia, Lilia participou da Copa Nordestina de Matemática, em Natal, onde conquistou 3 medalhas: 2 de ouro e 1 de prata. Ela foi uma das 4 brasileiras selecionadas entre 40 estudantes de todo o país

Pernambuco reforça serviços em todo interior

Pernambuco somou 41.528 empregos com carteira assinada entre maio e setembro de 2026, segundo dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). No período, a Secretaria de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo de Pernambuco ampliou ações de qualificação no interior. Duas Casas do Trabalhador foram instaladas em Serra Talhada, no Sertão, e Garanhuns, no Agreste. As unidades oferecem serviços de empregabilidade e capacitação.

REPRODUÇÃO



Estado acumulou um saldo positivo de 41.528 empregos

Piauí seleciona 6 artistas para graffiti

O 1º Concurso Piauiense de Graffiti – Sol na Lata recebe inscrições gratuitas até 17 de novembro. A iniciativa selecionará 6 artistas no Piauí para criar murais em fachadas de centros históricos, bairros e comunidades. Realizado pelo Instituto Avante de Juventude, com patrocínio da Secretaria da Cultura do Piauí (Secult), por meio do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura (Siec), o concurso é destinado a grafiteiros maiores de 18 anos, com portfólio. Cada selecionado receberá R$ 2 mil pela execução do mural.

Corporação recebe novos integrantes

A Polícia Civil da Bahia formou 45 novos servidores nesta terça-feira (10), em Salvador. A turma concluiu o Curso de Formação Policial 2026.1, promovido pela Academia da Polícia Civil (Acadepol), e reúne 39 investigadores, três delegados e três escrivães. Os profissionais receberam preparação técnica e operacional para atuar em investigação e polícia judiciária em diferentes regiões do estado.

Entrega

A comunidade quilombola de Mocal, em Serrano do Maranhão, recebeu uma ponte de concreto durante as ações pelos 32 anos de emancipação do município. A estrutura foi entregue pela prefeitura e tem como objetivo melhorar o acesso ao território, ampliar a segurança e facilitar o deslocamento dos moradores.

Ação da polícia

A Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE) prendeu preventivamente, nesta semana, um homem de 31 anos no bairro Granja Portugal, em Fortaleza. A investigação começou em julho, após denúncias sobre venda de drogas. Segundo a apuração, o imóvel usado pelo investigado servia para armazenar e distribuir entorpecentes.

Encontro

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado da Paraíba, em parceria com o Unipê, realiza nos dias 16 e 17 de novembro a 3ª edição do Encontro Paraibano do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, no Teatro Sesc/Fecomercio, em João Pessoa. O tema desta edição é o uso de novas tecnologias na conservação do patrimônio.

Seminário

Salvador recebe, em 12 e 13 de novembro, o Seminário Estadual "Envelhecer com Dignidade é um Direito", com representantes de órgãos públicos e entidades. A programação inclui a assinatura do termo de adesão à Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas (RENADIPI), além de debates sobre cuidados.

Saúde

O Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-PB), realiza durante novembro ações da campanha Novembro Roxo, voltada à prevenção da prematuridade. A programação envolve maternidades e hospitais da Rede Materno-Infantil, com orientações a gestantes e familiares, capacitação de profissionais e atividades.

Investigação

A Polícia Militar de Alagoas investigou 2 ocorrências de abate clandestino em Joaquim Gomes, em ação do Batalhão de Polícia. Em um local, havia 2 bovinos vivos e 2 abatidos. Os agentes constataram o uso de marreta no abate. No Assentamento Brasília, localizaram 2 carcaças, uma cabeça e 8 patas. Foram lavrados Termos Circunstanciados.

ASCOM INVESTE PIAUÍ



As ações previstas foram definidas a partir de análises

Plano busca fortalecer exportações do Piauí

A proposta é orientar empresas que já atuam ou que querem ingressar

Da **Redação**

A Investe Piauí participou, na última semana, em Teresina, da elaboração do Plano Estadual de Promoção da Cultura Exportadora. A iniciativa integra a Política Nacional de Cultura Exportadora (PNCE) e busca ampliar a presença de produtos piauienses no mercado internacional. As atividades ocorreram no Metropolitan Hotel e reuniram representantes do governo, do setor produtivo e de instituições.

Liderado pela Investe Piauí, agência de investimento do Governo do Estado, o plano pretende alinhar ações públicas e privadas voltadas ao desenvolvimento econômico e à internacionalização da produção. A proposta é integrar instituições, identificar potencialidades, apontar entraves às vendas externas e estabelecer diretrizes para ampliar a participação de empresas piauienses no comércio exterior.

A agência articula instituições estaduais, públicas e privadas, que contribuem para o desenvolvimento econômico. Durante as atividades, foram realizadas oficinas para reunir informações e propostas dos participantes. O trabalho busca identificar oportunidades para aumentar o volume exportado, diversificar produtos comercializados no exterior e agregar valor à pauta de exportações.

O plano considera pequenas e médias empresas interessadas em acessar mercados internacionais. O documento deverá orientar ações de qualificação, integração institucional e identificação de oportunidades de negócios, além de aproximar o setor produtivo das estruturas de apoio ao comércio exterior. A intenção é ajudar empresas locais a iniciar ou ampliar operações fora do país.

A Política Nacional de Cultura Exportadora reúne ações do governo e da iniciativa privada para fortalecer a participação de empresas brasileiras no comércio internacional. No Piauí, o plano estadual considera as características da economia local e reúne instituições para construir uma estratégia de promoção das exportações.

Com a conclusão do trabalho, o estado deverá contar com diretrizes para organizar medidas de promoção comercial e apoiar a internacionalização de empresas. Entre os objetivos estão ampliar o volume exportado, diversificar produtos piauienses.

CORREIO NORTE

ASCOM PA



Quatro cidades paraenses ganham destaque

Pará registra alta na vacinação infantil no ano de 2026

A Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) registrou aumento na cobertura vacinal no Pará em 2026, com dados até setembro. A febre amarela passou de 62,90% em 2025 para 65,50%; hepatite A, de 74,94% para 77,29%; rotavírus, de 81,31% para 85,34%; e segunda dose da tríplice viral, de 58,31% para 66,26%. Os dados foram apresentados à Comissão Intergestores Bipartite (CIB), em 5 de novembro. A Sespa também anunciou os municípios reconhecidos pela vacinação de crianças menores de 2 anos em 2025. Brejo Grande do Araguaia atingiu os 14 indicadores avaliados. Faro e Nova Timboteua alcançaram 13, e São Sebastião da Boa Vista, 10. A análise considerou 14 vacinas para crianças de até 2 anos. Como nenhuma cidade atingiu a meta de 90% na campanha contra a influenza nos grupos prioritários, a premiação considerou os resultados da vacinação infantil.

Governo organiza concurso público no Amapá

O governador Clécio Luís instituiu a comissão organizadora do primeiro concurso público da Amapá Previdência. O grupo reúne 10 servidores da Amprev, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e da Secretaria de Estado da Administração. A equipe ficará responsável por planejar, organizar, coordenar e acompanhar as etapas da seleção, além de reunir informações sobre cargos, áreas de atuação, requisitos, atribuições, jornadas e número de vagas. Também acompanhará a elaboração do edital.

ASCOM AM



Este é 9º concurso público realizado pela atual gestão

Brasil Sub-20 prepara equipe para duelos

A Seleção Brasileira Masculina Sub-20 realizou, na terça-feira (10), o segundo treino no Estádio Olímpico do Pará – Jornalista Edgar Proença, o Mangueirão, em Belém. A equipe se prepara para enfrentar o Peru em amistosos nos dias 13 e 16 de novembro, às 20h. Os recém-convocados Robinho Júnior, Bruninho e Isaque já participam das atividades. Os 2 jogos integram a preparação para o Campeonato Sul-Americano Sub-20, previsto para janeiro e fevereiro de 2027, na Colômbia.

Trabalhos alcançam mais de 20 ramais no Acre

O Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária (Deracre) contabilizou 400 km de serviços em ramais do Alto Acre nos primeiros 90 dias da Operação Verão 2026. As equipes atuaram em Brasileia, Epitaciolândia e Assis Brasil, com limpeza, drenagem, recuperação de aterros e piçarramento. As ações facilitam o deslocamento de moradores e o transporte escolar e agrícola.

Ação da Polícia

A Polícia Federal apreendeu 1.250 kg de drogas na Terra Indígena Igarapé Lage, em Guajará-Mirim (RO), durante a Operação. A carga tinha 1.228,6 kg de skunk, 10,3 kg de cloridrato de cocaína e 11,1 kg de pasta base. Uma aeronave da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania ajudou a retirar o material. Ninguém foi preso.

Lideranças

A Policlínica Metropolitana, em Belém, realiza o Plano de Desenvolvimento de Líderes. O segundo módulo abordou legislação trabalhista, em atividade conduzida pela médica Bianca Chamma. A formação inclui gestão de equipes. Em outubro, a unidade manteve a acreditação Nível 2 da Organização Nacional de Acreditação.

Promoção

O governador Clécio Luís promoveu 14 procuradores da Procuradoria Geral do Estado (PGE) do Amapá. A medida representa a primeira progressão funcional realizada pelo órgão e leva os servidores da Classe 3 para a Classe 2 da carreira. Os profissionais atuam em áreas como Direito Tributário, Ambiental e Civil.

Inscrição

A Polícia Militar do Amazonas (PMAM) abriu inscrições para o processo seletivo dos Colégios Militares da Polícia Militar (CMPMs) para 2027. São 270 vagas em 9 unidades, destinadas ao 5º e 6º anos do Ensino Fundamental e à 1ª série do Ensino Médio. As inscrições vão até 23 de novembro. A prova está prevista para 13 de dezembro.

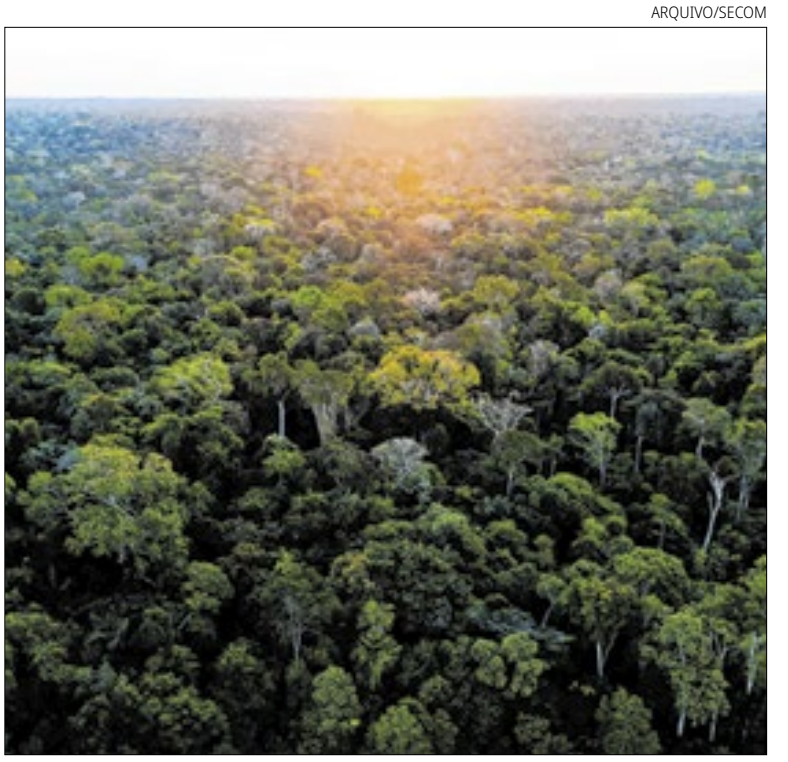
Educação

A Secretaria de Estado de Educação e Cultura atende 4.194 crianças de 4 e 5 anos em 19 municípios do Acre pelo programa Caminhos da Educação. A iniciativa conta com 498 agentes educacionais e prioriza comunidades rurais e ribeirinhas de difícil acesso. Criado em 2020, o programa já alcançou cerca de 20,7 mil crianças.

Projetos

As 3 últimas reuniões do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, sob a gestão do governador Roberto Cidade, aprovaram 188 projetos, com previsão de 5.482 vagas de trabalho e investimentos superiores a R$ 5,3 bilhões. Em junho, foram aprovadas 80 propostas, quase 3 mil empregos e R$ 2,6 bilhões.

ARQUIVO/SECOM



Durante a COP31, governadora Mailza destaca avanços econômicos

Acre exporta mais e reduz desmatamento em 70%

Vendas externas somaram US$ 98,66 milhões até setembro

Da **Redação**

O Acre ampliou as exportações em 31,3% entre janeiro e setembro de 2026 e reduziu em 70% a área desmatada nos últimos cinco anos. Os dados foram apresentados pelo governo estadual durante a 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31), em Antalya, na Turquia. No mesmo período, o rebanho bovino cresceu 28%, e o estado liderou a expansão nacional do número de empresas do agronegócio.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a área desmatada passou de 840 km² em 2021/2022 para uma estimativa de 252 km² em 2025/2026. Os resultados foram apresentados no painel "Pro Acre Avançar: projetos e investimentos para uma Amazônia sustentável", com a participação da governadora Mailza Assis. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o número de empresas do agronegócio cresceu 84%, passando de 5.445 para 10.020. O total de produtores rurais aumentou 17,3%, de 30.826 para 36.144, terceiro maior avanço do país.

As exportações somaram US$ 98,66 milhões de janeiro a setembro, ante US$ 75,16 milhões no mesmo período de 2025. A carne bovina liderou as vendas, com US$ 34,83 milhões, seguida pela castanha, com US$ 24,23 milhões, e pela soja, com US$ 18,50 milhões. Os 3 produtos responderam por 78,6% do total.

Em setembro, a Turquia foi o principal destino das exportações acreanas pelo terceiro mês consecutivo, com compras de US$ 4,99 milhões, equivalentes a 38,3% das vendas externas do mês. O Peru ficou em segundo lugar, com US$ 3,50 milhões, seguido pelos Emirados Árabes Unidos, com US$ 834 mil. No acumulado de janeiro a setembro, porém, o Peru liderou, com US$ 29,20 milhões, enquanto a Turquia ficou em segundo, com US$ 21,52 milhões.

Os dados do comércio exterior são da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), com base no Comex Stat, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Para ampliar a produção sem avançar sobre novas áreas, o governo cita integração lavoura-pecuária, recuperação de pastagens, terminação intensiva do rebanho e assistência técnica. Também busca fortalecer as cadeias de café e cacau, com ações como a Rota do Cacau e o concurso QualiCafé.

CORREIO SUL

VANDERLIM CEZAR/PCPR



Organização é suspeita de distribuir drogas a outros traficantes

Mais de 100 policiais civis do PR e de SC atuam em operação conjunta

A Polícia Civil do Paraná (PCPR) prendeu 12 pessoas em flagrante ontem (11) durante operação contra um grupo suspeito de tráfico de drogas em quatro cidades. A ação ocorreu em Rio Negro (PR) e Curitiba (PR) e Mafra (SC) e Rio Negrinho (SC), com mais de 100 policiais. As equipes cumpriram 16 mandados de busca e apreensão e apreenderam drogas, uma arma, celulares e documentos. A operação teve o uso de um helicóptero da PCPR e de cães farejadores. A investigação começou em setembro, após a apreensão de um celular com dados que indicaram uma célula organizada para o tráfico e a associação para o tráfico em Rio Negro. A suspeita é que o grupo fornecia drogas em grandes quantidades a outros traficantes. Os materiais serão analisados, e os dados dos aparelhos poderão ser extraídos mediante autorização judicial. Os presos foram encaminhados ao sistema penitenciário.

SC: final de Basquete em Cadeira de Rodas

A final do Campeonato Catarinense de Basquete em Cadeira de Rodas será disputada no sábado (14), às 16h, em Joinville (SC). Às 14h, Tigres Criciúma e Águias Concórdia jogam pelo terceiro lugar. A equipe Cepe/Sesporte enfrenta a Aflodef Floripa Magic no Centro de Treinamento Ivo Varella às 16h. As partidas têm entrada gratuita. A agenda inclui a final da Primeirona de Joinville, às 15h15 de sábado, e as semifinais da Segundona, no domingo (15), no mesmo horário. Haverá também partidas de outras modalidades.

DIVULGAÇÃO/SESPORT



Joinville recebe a final da 1ª e 2ª divisão do campeonato estadual

RS: Leite apresenta reestruturação estadual

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD) apresentou ontem (11), na COP31, na Turquia, medidas para reconstruir estruturas e preparar cidades para eventos extremos. A apresentação ocorreu no evento Construindo Resiliência para Cidades, Infraestrutura e Água. Após as enchentes de 2024, o Plano Rio Grande passou a orientar obras com base em levantamentos técnicos e estudos geológicos e topográficos. Os dados identificam áreas de risco e ajudam a definir intervenções e investimentos para integrar a reconstrução.

SC terá chuva e sol entre nuvens nos próximos dias

O Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (Ciram-SC) prevê calor e chuva isolada entre hoje (12) e sábado (14). Na quinta, a instabilidade avança com máximas de 30°C. Na sexta (13), o sol aparece entre nuvens, mas pode chover à tarde. A temperatura chega a 32°C. No sábado, a previsão é de sol, máxima de 33°C e pequena chance de pancadas com trovoadas à tarde.

Manutenção programada

O Sistema de Outorga do Rio Grande do Sul (Siout-RS) ficará indisponível entre 15h30 de sexta-feira (13) e domingo (15), após as 23h59, devido a uma manutenção programada. A intervenção prevê atualizações de segurança para melhorar a estabilidade e a confiabilidade. Durante o período, os usuários não poderão acessar o sistema.

Transparência pública

Joinville foi a única cidade de Santa Catarina a atingir 100% dos critérios do Selo de Qualidade em Transparência Pública. Pelo 2º ano seguido, a prefeitura recebeu a classificação Diamante, concedida pelo Tribunal de Contas (TCE-SC) e pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas. No país, outras 18 prefeituras também receberam.

Reforço na rede elétrica

Cascavel (PR) receberá uma subestação de alta tensão da Companhia Paranaense de Energia (Copel), com investimento de R$ 70 milhões. A estrutura operará em 138 mil volts e atenderá inicialmente 80 mil unidades consumidoras. A obra começa em 2027 e integra um pacote de R$ 200 milhões para reforçar e automatizar a rede elétrica local.

Incêndio na Pousada Garoa

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) denunciou três pessoas pelo incêndio na Pousada Garoa, em Porto Alegre (RS): um homem acusado de iniciar o fogo, o proprietário e uma ex-fiscal de contrato da Fundação de Assistência Social e Cidadania. O caso deixou 11 mortos e 12 feridos. A denúncia inclui 19 tentativas de homicídio.

Órfãos do feminicídio

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) iniciou a busca ativa por filhos e dependentes de mulheres vítimas de feminicídio no estado entre 2020 e 2024. Dados iniciais identificaram pessoas de quatro a 52 anos; cerca de 60% têm entre quatro e 13 anos. Em parceria com a Polícia Científica, a ação aproxima os órfãos da rede de proteção.

Guilherme Glück

O Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR) recebe, no sábado (14), o lançamento do livro "A fotografia de Guilherme Glück: patrimônio cultural do Paraná", em Curitiba (PR). O autor, Ederson Lima, fará uma palestra sobre a obra e o acervo, que registrou a sociedade paranaense e suas transformações sociais entre 1920 e 1950.

ASCOM RS



Espaço foi planejado para propiciar o desenvolvimento de habilidades

Polícia Penal inaugura pavilhão de trabalho no RS

Novo espaço de 422 m² recebeu investimento de R$ 512 mil

Da **Redação**

A Polícia Penal inaugurou, na terça-feira (10), um novo pavilhão de trabalho no Presídio Estadual de Arroio do Meio (Peam), no Rio Grande do Sul. O espaço foi construído para ampliar as atividades laborais e oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional às pessoas privadas de liberdade.

A estrutura tem 422 m² e integra melhorias na unidade. O novo espaço foi planejado para desenvolver habilidades e proporcionar experiência profissional aos internos. A construção do espaço amplia as possibilidades de reintegração social por meio do trabalho durante o cumprimento da pena.

As parcerias com empresas são formalizadas por termos de cooperação.

Além dessas vagas, as ligas internas mantêm outras atividades laborais, que também permitem a remição da pena no estabelecimento.

As obras começaram em junho de 2025 e utilizaram majoritariamente mão de obra prisional. O investimento foi de R$ 512 mil, repassados ao Conselho da Comunidade pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público, por empresas com termos de cooperação com o presídio e pelos municípios de Arroio do Meio, Capitão, Nova Bréscia, Travesseiro, Pouso Novo e Coqueiro Baixo.

As intervenções também incluem uma lavanderia, uma garagem, 3 celas e uma guarita, que ainda está em construção.

O Presídio Estadual de Arroio do Meio tem 87 internos. Desse total, 50 trabalham por meio de termos de cooperação com 4 empresas instaladas nos espaços de trabalho prisional.

Outros 23 atuam nas ligas internas do local.

Com isso, 83% dos apenados participam de alguma atividade laboral.

Os trabalhadores vinculados aos termos de cooperação recebem remuneração equivalente a, pelo menos, 75% do salário mínimo nacional. Todas as modalidades garantem a remição de 1 dia da pena a cada 3 dias trabalhados.

A política de tratamento penal do presídio permite conciliar trabalho e educação.

O novo Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) Liberdade oferece aulas noturnas aos internos que participam das atividades laborais, para que continuem os estudos sem deixar de trabalhar.

Derrota dos republicanos nos EUA redesenha cenário político

A vitória histórica dos democratas expõe o desgaste de Donald Trump, avalia internacionalista

Por **Pedro Sobreiro**

GAGE SKIDMORE VIA WIKIMEDIA COMMONS



Resultado das eleições legislativas revela insatisfação com a condução do governo americano, fortalece a oposição democrata e impõe novos desafios à Casa Branca

A expressiva derrota do Partido Republicano nas eleições de meio de mandato dos Estados Unidos, realizadas em 3 de novembro, representa um dos momentos mais delicados do segundo governo de Donald Trump. Com a conquista do controle da Câmara dos Representantes e do Senado pelos democratas, o presidente americano passa a enfrentar um cenário de maior resistência institucional e pressão política.

Mais do que uma mudança na composição do Congresso, o resultado eleitoral evidencia o desgaste da administração republicana diante de uma parcela significativa da sociedade americana. A insatisfação com o custo de vida, os rumos da economia, a condução da política externa e o envolvimento dos Estados Unidos na guerra contra o Irã estiveram entre os fatores que influenciaram o comportamento do eleitorado.

Na avaliação da internacionalista Beatriz Passos, o resultado precisa ser interpretado para além da tradicional perda de apoio que presidentes americanos costumam enfrentar nas eleições de meio de mandato.

– É importante compreender que essa derrota não representa apenas uma alternância de forças no Congresso. O que estamos observando é uma manifestação significativa de insatisfação com os rumos do governo Trump. O eleitor americano está sinalizando que questões concretas, especialmente relacionadas à economia e à qualidade de vida, continuam tendo um peso decisivo, independentemente da força do discurso político – analisa Beatriz Passos.

A dimensão da derrota também chama atenção pelo avanço democrata em estados historicamente associados ao conservadorismo americano. O desempenho da oposição em territórios antes considerados seguros para os republicanos indica que a insatisfação ultrapassou os tradicionais grupos contrários ao presidente.

Para Beatriz, esse movimento pode representar um ponto de inflexão na relação entre Trump, o eleitorado e o próprio Partido Republicano.

– Donald Trump construiu uma liderança política muito vinculada à sua imagem pessoal e à capacidade de mobilizar uma base eleitoral fiel. Entretanto, essa eleição demonstra que a força dessa mobilização não é suficiente, por si só, para garantir a sustentação política do partido. Existe uma diferença entre manter uma base ideologicamente engajada e conseguir responder às expectativas de uma população que cobra resultados concretos – destaca.

O QUE MUDA PARA O GOVERNO TRUMP?

Com a nova configuração do Congresso, que tomará posse em janeiro de 2027, o presidente encontrará maiores obstáculos para aprovar propostas legislativas e conduzir sua agenda política.

O controle democrata das duas Casas também amplia a capacidade da oposição de promover investigações, convocar integrantes do governo para prestar esclarecimentos e fiscalizar decisões da administração federal.

Na prática, o resultado impõe limites institucionais a um governo que, até então, contava com maior alinhamento entre os poderes Executivo e Legislativo.

– O resultado das urnas não significa que Trump perde imediatamente sua capacidade de governar, mas altera profundamente as condições políticas em que ele exerce a Presidência. Um Congresso controlado pela oposição amplia os mecanismos de fiscalização e exige uma capacidade de negociação que nem sempre esteve no centro da estratégia política do presidente – explica.

A mudança no equilíbrio de forças em Washington pode influenciar debates sobre comércio internacional, política tarifária, relações diplomáticas e compromissos estratégicos assumidos pelo governo Trump.

E O BRASIL?

Para o Brasil, que mantém relações comerciais e diplomáticas relevantes com os Estados Unidos, o novo cenário exige atenção, especialmente diante das incertezas relacionadas à política econômica e às decisões de política externa americana.

– Quando há uma mudança dessa magnitude no equilíbrio político dos Estados Unidos, os efeitos não ficam restritos à política doméstica. Estamos falando de uma potência cujas decisões influenciam mercados, relações comerciais e negociações diplomáticas em diferentes regiões. Para o Brasil, será importante acompanhar como essa nova correlação de forças poderá interferir nas prioridades da política externa americana – avalia a internacionalista.

Embora as próximas eleições presidenciais americanas estejam previstas para 2028, o resultado de 2026 já coloca em discussão o futuro do Partido Republicano e a continuidade da influência política de Donald Trump.

A derrota também representa um desafio para os democratas, que precisam transformar a vitória eleitoral em capacidade de articulação política e apresentar respostas às demandas que impulsionaram seu crescimento nas urnas.

Para Beatriz, o principal significado dessas eleições está na mensagem transmitida pelo eleitorado.

– O resultado demonstra que nenhuma liderança política está imune ao desgaste provocado pela distância entre expectativas e resultados. A eleição de 2026 não define antecipadamente o cenário presidencial de 2028, mas estabelece um novo ponto de partida para a disputa política americana. Tanto republicanos quanto democratas precisam compreender o que levou o eleitor a produzir uma mudança dessa dimensão – conclui.

A nova configuração do Congresso americano deverá marcar os dois últimos anos do segundo mandato de Trump, em um ambiente de maior disputa institucional e de reavaliação das estratégias partidárias para o próximo ciclo eleitoral.

CORREIO
ESPORTIVO

POR
PEDRO SOBREIRO

DIVULGAÇÃO



Lewis Hamilton visitou uma sede da Crescente Vermelho Egípcio

Em visita a Gaza, Hamilton pede que Israel libere caminhões de ajuda

Em visita a Rafah, em Gaza, o heptacampeão mundial de Fórmula 1, Lewis Hamilton pressionou Israel para liberar a passagem de ajuda humanitária para o povo palestino. O piloto da Ferrari visitou uma sede da organização humanitária Crescente Vermelho Egípcio e viu de perto o trabalho dos voluntários. "Estou aqui com o Crescente Vermelho Egípcio enquanto eles carregam caixas com ajuda humanitária preparadas para enviar a Gaza. Eles foram à fronteira de Rafah hoje, acompanhados por seus maravilhosos voluntários. São mais de 70.000 voluntários em todo o Egito, e mais de 2.000 pessoas aqui se voluntariam todos os dias para garantir que essas caixas estejam prontas e embaladas da melhor forma possível. Elas estão totalmente prontas para serem enviadas. Então, realmente precisamos pressionar Israel para reabrir a passagem do lado palestino, porque não há caminhões suficientes passando todos os dias", disse o piloto em vídeo.

Lewis na campanha de apoio aos palestinos

Hamilton ressaltou que existem recursos disponíveis, mas não chegam a Gaza por conta do bloqueio. "As pessoas em Gaza e na Palestina estão em uma situação tão urgente que não poderiam precisar mais dessa ajuda do que agora, então precisamos mesmo fazer pressão e trabalhar juntos para garantir que essa ajuda chegue lá. Há uma quantidade enorme de suprimentos, e este centro é apenas um de vários outros locais que também contam com doações maravilhosas, cheias de comida, remédios e itens que os palestinos realmente precisam", disse.

REPRODUÇÃO/ INSTAGRAM - @MISKAHMED__



Hamilton também visitou famílias palestinas apoiadas pelo projeto

Seleção Feminina volta a enfrentar o Japão

O técnico Arthur Elias destacou a importância dos confrontos contra o Japão na última Data FIFA de 2026. Em entrevista coletiva, o treinador ressaltou os pontos fortes das adversárias e afirmou que esses amistosos são fundamentais na preparação para a Copa do Mundo Feminina de 2027, que será no Brasil. "Serão dois jogos muito importantes para nós observarmos as jogadoras, não só pelo retrospecto recente do Japão, mas por todo histórico da equipe, que tem grandes jogadoras", afirmou o treinador.

Arthur valorizou as qualidades das adversárias

"O Japão tem um sincronismo muito grande com a bola, são consistentes e compactas na marcação. Também vão nos desafiar nos duelos e na marcação. Serão dois grandes jogos e eu vou tentar dar oportunidade para o máximo de jogadoras, mas pensando em vencer essas partidas e em encerrar o ano bem", disse. Apesar de ter seis jogos contra o Japão, com retrospecto positivo, este será o primeiro jogo de Arthur Elias com o Brasil no Japão.

Diferença nos fusos

Arthur falou sobre a diferença de fuso horário e destacou o trabalho da comissão técnica e seus diferentes núcleos como parte essencial nesse processo. "Temos o núcleo de saúde e performance, preparação física e toda a comissão que pensa, independentemente da viagem, nessa logística e na adaptação", disse o treinador.

Plano de adaptação

"Passamos um plano para que as jogadoras possam seguir e chegar da melhor forma possível. Isso faz parte do nosso trabalho. Sempre falo sobre enfrentarmos as melhores seleções do mundo, e o Japão é uma delas. Jogar lá será uma experiência importante também por conta do fuso horário", reforçou o treinador da Seleção Brasileira.

Desempenho do Brasil

O treinador ainda comentou sobre o retrospecto de 2026. Neste ano, o Brasil disputou sete amistosos contra Costa Rica, Venezuela, México, Estados Unidos e Argentina. Além disso, foi campeão da FIFA Series, competição disputada entre a Seleção Brasileira, Zâmbia, Coreia do Sul e Canadá. Até o momento foram dez jogos, cinco vitórias, três derrotas e dois empates.

Ano considerado positivo

"Eu vejo o ano muito positivo até aqui. Mesmo em uma convocação no começo do ano em que os resultados e as performances não foram bons, tiramos coisas boas de lá. Disputamos uma competição e vencemos [FIFA Series], vencemos a seleção dos Estados Unidos", avaliou Arthur Elias em sua retrospectiva da temporada 2026 da Seleção.

Ambiente agradou

"Acredito que tivemos um ano muito positivo em relação a resultados e, principalmente, em relação ao nosso ambiente, que foi de muita cooperação, apoio, expectativa e de todos se sentindo parte da Seleção. Estamos chegando perto do grupo das 26 que irão para a Copa, e o ano foi importante para essa observação", completou o treinador.

Mbappé de fora

Craque do Real Madrid, Kylian Mbappé está fora do jogo da seleção da França contra a Itália nesta quinta (12), no Giuseppe Meazza, pela Liga das Nações. Ele será preservado pela comissão técnica, após sentir um desconforto muscular na coxa. A decisão de não escalá-lo é visando evitar que o desconforto evolua para uma lesão e comprometa sua temporada.

RAFAEL RIBEIRO/ CBF



O Arsenal, clube de Magalhães, não foi vazado em sete dos dez jogos

Seleção Brasileira dará início a renovação no setor defensivo

Gabriel Magalhães será o nome mais experiente da zaga nesta Data FIFA

O zagueiro Gabriel Magalhães quer uma defesa sólida na Seleção Brasileira, com poucos gols sofridos. Em entrevista coletiva nesta quarta-feira (11), ele explicou que deseja trazer à Amarelinha a média baixa de tentos sofridos que seu clube, o Arsenal, tem na atual temporada. Em dez jogos na Premier League (Campeonato Inglês) a equipe não foi vazada em sete.

"Conversamos muito no clube sobre isso, sobre a qualidade do nosso elenco, e se não sofremos gol, estaremos mais próximos dos jogos. É algo que a gente conversa muito aqui na Seleção. É importante não sofrer gols. Temos jogadores de muita qualidade, que estão em grandes clubes", disse.

Entre os zagueiros selecionados para os amistosos com Japão e Singapura, o técnico Carlo Ancelotti convocou, além de Magalhães, Arthur Dias, Jonathan Jesus, Vitor Reis e Jair Cunha. Este quarteto de novatos vive ainda suas primeiras convocações com a Amarelinha e conta com a experiência do defensor paulista.

Segundo Magalhães, o importante é que eles tenham "a tranquilidade de poder desfrutar a cada momento, mas com muita responsabilidade".

"É receber os meninos novos da melhor forma possível e passar para eles nossa experiência. O mais importante é como você está vestindo a camisa da Seleção Brasileira. A gente sabe que é a camisa mais pesada do mundo, então a gente tenta passar também para eles a tranquilidade de poder desfrutar a cada momento, mas com muita responsabilidade", comentou.

O zagueiro Vitor Reis também participou da coletiva, em que demonstrou sua alegria por fazer parte do que chamou de "nova era" da Seleção Brasileira. Aos 20 anos, o defensor destacou a importância de atuar ao lado de zagueiros consolidados no futebol europeu e na Seleção Brasileira, como Gabriel Magalhães, presente nesta convocação, e Marquinhos, seu ídolo e com quem esteve na última Data FIFA, em setembro e outubro. Afirmou que o aprendizado se reflete no futebol e na parte humana.

"Nos treinos, tentamos extrair o máximo dos jogadores da defesa. O Gabriel faz um trabalho fenomenal no clube e aqui. Na outra passagem, joguei com o Marquinhos, que é meu ídolo desde pequeno. Jogar com pessoas assim faz você crescer não apenas no futebol, mas também na parte humana", comentou.

Com Gabriel Magalhães entre os mais experientes, a Seleção Brasileira encara o Japão às 7h15 (de Brasília) de sábado (14) e vai a campo pela última vez neste ano contra Singapura, na próxima terça (17), às 7h (de Brasília). Ambos os amistosos serão realizados no Estádio Nacional de Singapura.

JORNAL DO SERVIDOR

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

DIVULGAÇÃO



Reposição alcança benefícios e terá efeitos retroativos a setembro

Conab fecha acordo coletivo com reajuste salarial de 3,98%

Os empregados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) terão reajuste salarial de 3,98%, conforme o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2027, assinado em 6 de novembro. O percentual repõe integralmente o INPC acumulado entre setembro de 2025 e agosto de 2026 e também será aplicado aos benefícios, com efeitos retroativos a 1º de setembro. O acordo reúne 56 cláusulas e terá vigência até 31 de agosto de 2027. Segundo as entidades representativas, a Conab trabalha para incluir o reajuste e os valores retroativos na folha de dezembro. O texto mantém o Serviço de Assistência à Saúde (SAS) para empregados e dependentes e prevê a continuidade das negociações para criação de um novo plano, que contemple também aposentados. Também estabelece a eleição de um representante dos trabalhadores para o Conselho de Administração, em até 120 dias.

MGI abre desligamento para anistiados

O Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) abriu prazo para adesão ao Programa de Desligamento Incentivado (PDI), destinado a empregados públicos anistiados pela Lei nº 8.878/1994, com 75 anos ou mais. Os pedidos podem ser feitos até 24 de novembro, pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI). O incentivo considera o tempo de serviço após o retorno ao trabalho, com acréscimo de 40%, e pode chegar a R$ 350 mil, em parcela única. A adesão é voluntária e o programa busca oferecer uma alternativa de saída aos empregados.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Programa oferece incentivo de até R$ 350 mil para anistiados

IBGE oferece 27 mil vagas para recenseadores

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) abriu processo seletivo para contratar 27.279 recenseadores temporários que atuarão no 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. As inscrições seguem até 25 de novembro, pelo site da Fundação Cesgranrio, com taxa de R$ 70. Para participar, é necessário ter ensino fundamental completo. A remuneração pode chegar a R$ 4.370, incluindo parcela variável por produtividade. Os contratados também terão direito a auxílio-alimentação de R$ 1.192 e outros benefícios.

USP abre concurso com salário de R$ 11,7 mil

A Universidade de São Paulo (USP) abriu inscrições para concurso de Professor de Ensino Fundamental e Médio, na área de educação polivalente. O salário inicial é de R$ 11.778,84. As oportunidades são para unidades da capital e do interior. Os interessados podem se inscrever até 2 de dezembro, pelo site da Fuvest. As provas objetiva e dissertativa estão previstas para 13 de dezembro, na capital paulista.

Transpetro amplia cidades

A Transpetro ampliou de 33 para 52 o número de cidades que receberão provas do concurso público na Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. A mudança não altera a data da avaliação, marcada para 6 de dezembro. A redistribuição considera o endereço informado na inscrição e a cidade escolhida pelo candidato.

ANTT vagas do CPNU 2

A Escola Nacional de Administração Pública divulgou nova classificação para 13 vagas remanescentes de técnico em regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, pelo CPNU 2. A lista foi reprocessada após inconsistências no edital anterior. A publicação não significa nomeação imediata, que depende das próximas etapas e da homologação do resultado.

Teletrabalho na Antaq

O Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação contestou a proposta da direção da Antaq de ampliar a exigência de trabalho presencial. A entidade defende critérios para as mudanças e reivindica limite de até 70% dos servidores em teletrabalho por unidade, além de diálogo com os funcionários antes da adoção.

Direito ao estudo

Decisão definitiva do Tribunal Regional Federal da 1ª Região reconheceu o direito de servidores da Anatel de contabilizar períodos de afastamento autorizado para mestrado e doutorado como experiência profissional na progressão e promoção funcional. A medida pode gerar revisão de carreira e diferenças remuneratórias, após análise individual.

Auxílio-saúde da PF

A Polícia Federal informou que os pedidos de ressarcimento de despesas com saúde já analisados e habilitados serão incluídos na folha de novembro. O benefício prevê limite mensal de R$ 1,3 mil e pode alcançar R$ 11,7 mil em valores acumulados neste ano. A medida contempla servidores que apresentaram despesas e tiveram a documentação aprovada.

Simulador de cotas

O Ministério da Gestão e da Inovação apresentou ferramenta que calcula a distribuição e a ordem das vagas reservadas em concursos e processos seletivos. O simulador considera critérios de alternância e proporcionalidade e está disponível on-line, mediante acesso com conta Gov.br prata ou ouro. A consulta é gratuita.

DIVULGAÇÃO



Descontos atingem servidores do IBGE após greves de agosto e setembro

Descontos salariais no IBGE ampliam conflito com direção

Corte dos dias de greve atingiu dezenas de servidores do Instituto

Por **Raphaela Cordeiro**

Dezenas de servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tiveram descontados, em parcela única, os dias de participação nas greves realizadas em agosto e setembro. A medida atingiu a folha de pagamento de outubro e, segundo a Associação dos Trabalhadores do IBGE (ASSIBGE-SN), deixou alguns funcionários sem remuneração no início de novembro. O episódio ampliou o conflito entre a categoria e a direção do instituto.

Segundo o IBGE, a paralisação envolveu 143 servidores, cerca de 1% do quadro funcional, com períodos de participação que variaram de um a 25 dias. A direção informou que os descontos seguiram as normas da administração pública federal e as orientações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A ASSIBGE-SN afirma que os trabalhadores já realizaram a reposição das atividades e que encaminhou, há mais de um mês, uma proposta de Termo de Acordo à presidência do instituto para formalizar uma solução negociada. A entidade também acionou o MGI e o Ministério do Planejamento para viabilizar uma reunião entre as partes. Segundo o sindicato, as tratativas foram prolongadas sem uma conclusão.

Em 6 de novembro, o MGI informou ter solicitado ao IBGE a instalação de uma mesa setorial para discutir a compensação dos dias parados. De acordo com a pasta, as normas permitem negociar a reposição das atividades. Com a formalização do acordo e o cumprimento das condições estabelecidas, os valores descontados são devolvidos e os registros da greve retirados dos assentamentos funcionais.

A direção do IBGE, por sua vez, afirmou que não se recusou ao diálogo e que havia comunicado ao sindicato que uma nova rodada de negociações começaria após o fim do período de defeso eleitoral, em 25 de outubro. O instituto sustentou que os descontos observaram os procedimentos administrativos aplicáveis.

O ANDES-SN repudiou os descontos e defendeu a revisão da medida e a abertura de negociações. O sindicato informou que estão sendo contestados administrativamente e que poderá recorrer à Justiça caso não haja avanço. Até o momento, a entidade não ingressou com ação judicial sobre o caso.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



As novas regras também estabelecem restrições ao uso direto, autônomo e sem supervisão de inteligência artificial por crianças até o 5º ano

Ministério da Educação restringe uso de IA nas escolas

Novas diretrizes colocam o professor no centro das decisões pedagógicas e exigem mudanças na rotina escolar

Da **Redação**

O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu novas diretrizes para o uso da inteligência artificial nas escolas brasileiras, com restrições ao uso direto e autônomo da tecnologia por crianças até o 5º ano do ensino fundamental, exigência de supervisão humana e limites para a utilização da tecnologia nas avaliações escolares. As medidas trazem mudanças para instituições de ensino, professores e estudantes e colocam em discussão uma questão que deve ganhar cada vez mais espaço nas salas de aula: como utilizar a inteligência artificial para melhorar a aprendizagem sem comprometer o desenvolvimento do raciocínio, da criatividade e da autonomia dos alunos?

Para o educador Renato Casagrande, presidente do Instituto Casagrande, a regulamentação representa uma oportunidade de repensar a maneira como a tecnologia participa do processo educacional. O especialista destaca que a inteligência artificial pode contribuir para o ensino, mas seu uso precisa estar vinculado a objetivos pedagógicos claros, respeitando as diferentes etapas do desenvolvimento dos estudantes.

"Resposta pronta não é sinônimo de aprendizagem. O problema não é usar a IA, é terceirizar o pensamento. Aprender exige raciocinar, questionar, errar, tentar novamente e construir conhecimento. Se a tecnologia passa a fazer esse percurso pelo estudante, a escola corre o risco de formar jovens que sabem encontrar respostas, mas têm dificuldade para pensar por conta própria", analisa Casagrande.

Uma das principais determinações das novas diretrizes é que a inteligência artificial não poderá substituir decisões pedagógicas que dependem da avaliação humana. Isso inclui atribuição de notas, aprovação, reprovação e análise de produções autorais que exigem interpretação e julgamento do professor. A regulamentação também reforça a necessidade de supervisão humana, proteção dos dados dos estudantes e limites para decisões automatizadas.

FREEPIK



As medidas trazem mudanças para instituições de ensino, professores e estudantes

Na prática, a medida reforça a importância do educador não apenas como responsável pela transmissão de conteúdos, mas como profissional capaz de acompanhar o desenvolvimento de cada estudante, identificar dificuldades e compreender aspectos emocionais, sociais e cognitivos que interferem na aprendizagem.

"O professor não é apenas alguém que transmite informações. Ele observa o aluno, identifica dificuldades, percebe inseguranças e compreende situações que nenhuma ferramenta consegue avaliar integralmente. A inteligência artificial pode ajudar a organizar o trabalho pedagógico, mas é a relação humana que permite compreender como cada estudante aprende e de que apoio precisa", explica Renato Casagrande.

Entre as possibilidades de aplicação da tecnologia estão a personalização de atividades, a elaboração de materiais didáticos, o planejamento de aulas e a identificação de dificuldades de aprendizagem. Com a mediação dos professores, essas ferramentas podem ajudar a adaptar estratégias de ensino às necessidades dos estudantes e ampliar as possibilidades de acompanhamento pedagógico.

As novas regras também estabelecem restrições ao uso direto, autônomo e sem supervisão de inteligência artificial por crianças até o 5º ano, sem representar uma proibição total da tecnologia nessa etapa escolar. A regulamentação reforça ainda a proteção de dados, a supervisão humana e os limites para sistemas automatizados de monitoramento, avaliação e tomada de decisões. As instituições terão prazo de adequação previsto na regulamentação, enquanto determinadas proibições terão aplicação imediata.